Curso de Capacitação em Desenvolvimento de Projetos Urbanos de Interesse Social

Consolidação da Proposta e Relatório Final

maio de 2004

LabHab
Laboratório de Habitação
e Assentamentos Humanos da FAU USP

Contrato nº 011-2002
Processo 2002-0.057.499-6

Executor:
LabHab
Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Contratada:
FUPAM
Fundação para Pesquisa Ambiental

Contratante:
SEHAB/PMSP
Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo

Equipe Técnica

Profa. Dra. Maria Lucia Refinetti Martins
Coordenação Geral

Giselle Megumi M. T. Toshimitsu
Coordenação Executiva

Ana Carolina Loubak Lopes; Daniela Motisuke; Tatiana Morita Nobre
Arquitetas pesquisadoras

Daniel Nobre
Estagiário

Profa. Dra. Maria Lucia Refinetti Martins; Giselle Megumi M. T. Toshimitsu; Ana Carolina Loubak Lopes; Daniela Motisuke; Tatiana Morita Nobre; Daniel Nobre.
Autoria do Relatório

Responsáveis pelas aulas:
Professores doutores da FAU-USP e pesquisadores do LabHab-FAUUSP: Profa. Dra. Maria Lúcia Refinetti Martins (coordenadora geral), Prof. Dr. João Sette Whitaker e Prof. Dr. Nuno Fonseca
Arquitetos e urbanistas mestrandos da FAU-USP e pesquisadores do LabHab-FAUUSP: Giselle Toshimitsu (coordenadora executiva), Paulo Emílio Buarque Ferreira e Isadora Tsukumo
Arquitetas e urbanistas, pesquisadoras do LabHab-FAUUSP: Ana Carolina Lopes, Daniela Motisuke.
Estudantes dos últimos anos (4º. e 5º.) do curso de arquitetura e urbanismo da FAU-USP e pesquisadores do LabHab-FAUUSP: Daniel Nobre, Tatiana Nobre.

Equipe de apoio às aulas:
*Estudantes dos últimos anos (4º. e 5º.) do curso de arquitetura e urbanismo da FAU-USP e pesquisadores do LabHab-FAUUSP:.*André Lopes do Prado, Fernanda Accioly, Renata Gonçalves, Camila Saraiva e Lara Figueiredo

Índice

1 Introdução 4
2. Relato das aulas 5
Aula 1: Apresentação 5
Aula 2: Metrópole Paulista: breve evolução histórica, crescimento urbano e caracterização urbana 7
Aula 3: Inclusão e Exclusão Social 9
Aula 4: Diagnóstico do Distrito do Jardim Ângela 10
Aula 5: Diagnóstico Integrado da Subprefeitura: áreas de extrema exclusão e áreas potenciais 11
Aula 6: Marco Referencial para a Gestão Pública – Estrutura Institucional e Descentralização 12
Aula 7: A Construção de uma Política Urbana: Estatuto da Cidade, Conferência das Cidades, Conselho das Cidades e Orçamento Participativo 13
Aula 8: Plano Diretor Estratégico, Plano Diretor Regional 18
Aula 10: Formatação e Implementação de Projetos Locais 20
Aula 11: Visita de campo 22
Aula 12 Projetos Locais 23
Aula 13 Projetos Locais 25
Aula 14 Projetos Locais 27
Aula 15 Fechamento 29
3 Trabalhos finais 30
3.1 Grupo de trabalho: Meio Ambiente 31
3.2 Grupo de trabalho: Cultura 40
3.3 Grupo de trabalho: ZEIS 47
3.4 Localização das áreas de projeto 54
4. Avaliação dos alunos 55
4.1. Questionário 56
4.2. Questionário: dados tabulados 58
5. Equipe técnica por aula 60
6. Considerações finais 61
7. Anexo I: listas de presença ..... Erro! Indicador não definido.
8. Anexo II: material de apoio complementar ..... Erro! Indicador não definido.

1 Introdução

O Curso de Capacitação em Desenvolvimento de Projetos Urbanos de Interesse Social foi realizado de 23 de março a 13 de maio de 2004.

As aulas foram realizadas com base no material de apoio elaborado pelo LabHab.

A aplicação do material didático, o resultado de cada aula, as alterações propostas pelos professores responsáveis, em função da dinâmica da turma, das demandas que surgiram ao longo do curso, foram avaliadas na medida em que as aulas foram acontecendo. As alterações com relação ao que estava previsto foram poucas, mas contribuem como sugestões de alternativas de dinâmica de aula, conteúdos adicionais, e mesmo demonstram a necessidade de uma flexibilidade em função do perfil dos alunos e seu conhecimento prévio quanto a alguns conteúdos previstos.

Na turma de M'Boi Mirim, a grande presença de conselheiros e delegados do Orçamento Participativo, por exemplo, fez com que a aula sobre o tema de conselhos municipais e OP, tomasse um rumo diferente, com menor parte expositiva, e grande avanço nos debates, que chegou às dificuldades da população em participar efetivamente dos fóruns existentes. Por outro lado, apesar da maior parte dos alunos ser morador de Área de Proteção aos Mananciais - APM, a maioria não tinha conhecimento sobre os limites da APM, o significado de Bacia Hidrográfica, o que exigiu um momento expositivo maior do que o previsto sobre o tema.

O relatório da aplicação do curso tem objetivo de mostrar a dinâmica do previsto pelos professores, o material didático elaborado previamente, na interação com os alunos no dia-a-dia das aulas e apresentar sugestões para algumas aulas, que se mostraram mais adequadas ao perfil da turma. Nas aulas que seguiram próximas ao que está contido no material didático, centramos o relatório nos resultados das atividades dos alunos e questões que eles levantaram no debate.

A avaliação da turma sobre o curso se deu em dois momentos, a partir de um questionário respondido por cada um sobre o conteúdo, tempo das aulas, participação e importância do curso, e no resultado e apresentação dos trabalhos finais.

O desenvolvimento dos projetos locais, nas aulas 10-15, como proposto inicialmente, depende muito dos agentes sociais presentes no curso – lideranças populares, funcionários da administração pública local, funcionários das secretarias municipais. O processo de elaboração dos trabalhos e as diferenças entre os três grupos organizados são apresentados. A partir da experiência de M'Boi, propomos uma metodologia para o desenvolvimento das aulas, como sugestão de aplicação em futuros cursos.

2. Relato das aulas

Aula 1: Apresentação

Após uma breve apresentação do curso, os alunos em duplas, preencheram três cartões respondendo às seguintes perguntas:

- seu papel na construção da cidade.
- o que faz hoje para transformar a cidade.
- qual o impacto que sua ação poderia ter na transformação da cidade, ou na realidade urbana em que vivem, se fosse diferente, ou ideal.

As duplas se organizaram por pessoas que exerciam o mesmo tipo de atividade e por afinidade.

Cada dupla apresentou seus cartões, que foram organizados na parede.

PAPEL	INSTRUMENTOS	POSSIBILIDADES
Auxiliar no processo de melhoria da cidade Agentes Vistores	Participação na construção da cidade	Mudança na forma de pensar a ocupação da cidade. Pensar de forma racional
Ser um agente multiplicador para que a construção da cidade seja organizada Conselho e Saúde e OP	Participando das plenárias públicas de discussão e querer uma cidade melhor amanhã	Desapropriação de mananciais e áreas de risco, ideal : uma cidade planejada com ação e legalidade
Trabalhar pela saúde é trabalhar pelo progresso Agentes comunitários da saúde	Levamos informações na área da saúde, para o bem estar da família	Através das informações dobre as DSTs, haverá uma conscientização maior da população, evitando gastos desnecessários do governo. E no planejamento familiar, conscientizar a população para uma boa estrutura familiar
Desenvolvimento Social Delegado e conselheiro do OP	Leis de organização habitacional	Uma unificação de associações e comunidade com o poder público
Participação como cidadão na política urbana e social, levando nossas idéias e projetos ao conhecimento dos órgãos públicos Delegados do OP	Participamos da peça orçamentária levando as prioridades de nossa região e de nosso bairro ao governo como um todo	Preservação do meio ambiente, melhor qualidade de vida visando nosso lençol freático represa Guarapiranga

Elo entre a comunidade e os serviços públicos de São Paulo gerais: UBS, Casa de Cultura; Clubes esportivos da cidade, Subprefeituras, etc. Elo através dos meios de comunicação: Internet, rádio, jornais, panfletos, contatos com pessoas Agente comunitária da Saúde, delegada do OP e estagiária de comunicação	Trabalho com empenho e dedicação. Escolha de trabalhas com o serviço público, dentro de um órgão público	Informações gerais a respeito de saúde, lazer, educação, etc., estariam bem expandidas na cidade através de todas as redes de comunicação (TV, jornais, etc), tornando-se efetivamente públicas. Comunidade bem informada
Colaborar com a organização e planejamento urbano, através de ações fiscais. Agentes Vistores	Dentro de nossas atribuições, orientamos a população e autuamos as irregularidades constatadas.	Maio respeito às leis vigentes, por parte da população, melhorando as condições de vida na cidade
Fiscalização e orientação da população no que concerne à ocupação das áreas urbanas e respeito ao meio ambiente Agentes Vistores	Orientamos e inibimos a ocupação e uso desordenados do solo.	A legislação municipal e o plano de expansão da cidade seriam observados
Fiscalização (CPDURB) Fiscalizamos o cumprimento das leis Agentes Vistores	Orientação aos munícipes na solução dos problemas locais.	A fiscalização teria um caráter predominantemente educativo (do que repressivo)

Após as apresentações, foi feita uma conclusão, destacando os principais pontos apontados pelos agentes, as questões em comum, tirando algumas idéias para o curso:

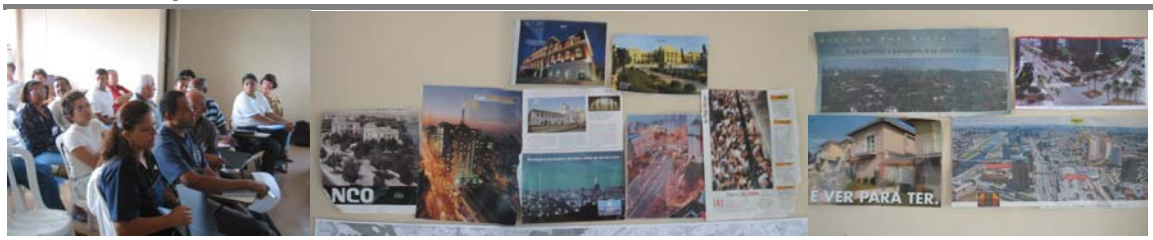
Muitas duplas formadas por agentes sociais diferentes chegaram a propostas que são complementares. Muitas delas dependem, ou podem ser muito mais efetivas se realizadas a partir de ações conjuntas (importância das Relações Institucionais). Foi apontada esta importância de uma sinergia entre comunidade, poder público e associações populares.

A questão da informação apareceu também em muitas das falas, destacando a importância do acesso à informação pela população, de uma comunidade bem informada, para a melhoria de uma série de questões sociais relativas à qualidade de vida e ao ambiente urbano.

Ressaltamos que o objetivo do curso é chegar à elaboração de projetos urbanos de interesse social elaborados a partir de uma visão integrada dos agentes presentes no curso, voltados para potencializar as atividades que eles já realizam em seu dia-a-dia.

Foi pedida a lição de casa ao final da aula: trazer uma foto que represente seu olhar sobre a cidade de São Paulo.

Aula 2: Metrópole Paulista: breve evolução histórica, crescimento urbano e caracterização urbana



A primeira parte da aula seguiu o roteiro proposto na apostila. Começou com uma organização da turma em duplas. Cada dupla comentou as fotos trazidas, escolhendo uma ou duas para apresentar a todos. Disponibilizamos fotos adicionais (do material de apoio), para os que não conseguiram trazer (poucos casos), ou para os que quisessem trocar.

As duplas apresentaram as fotos e localizaram em um mapa da Região Metropolitana o lugar escolhido. No momento de localização das fotos no mapa, houve uma certa dispersão dos alunos. Isso deve ter ocorrido, ou porque de certa maneira os alunos já sabiam de sua localização no mapa, ou porque a atividade proposta como dinâmica apresentava dificuldades de manter a atenção de todos (enquanto um localizava o bairro ou região da foto, os outros dispersavam em conversas paralelas).

As fotos retrataram as seguintes questões:

- Falta de espaços de divertimento no Jardim Ângela. A reportagem de jornal trazida mostra que o bar é o principal local de convivência, o que segundo o aluno, está associado à intensidade da violência na região.
- Contraste entre bairros “onde não há nada e outros onde há tudo” (ex: região próxima ao shopping Morumbi e Extra)
- Contraste Centro x Periferia: foto da Faria Lima, com obras propostas e enchentes (quês está associada a doenças), bueiro entupido, falta de lixeiras, na perifeiria.
- Conjunto COHAB X Alto da Boa Vista – desafio: diminuir contraste
- Poluição da represa – deficiência da coleta de lixo
- Crescimento da ocupação na região – sem controle (Jd. Ângela – Vila Nova Cidade) – Manancial. “Pobre não tem direito a Cidade”; “Bairro Legal” – projeto da prefeitura de bairro provido de infra-estrutura
- Pátio do Colégio: história, valores culturais, preservação – necessidade de maior consciência. Exemplo de quando isso não acontece: Rio Pinheiros – canal de esgoto, prédios de 1º. Mundo. A relação entre conservação e progresso não é harmônica.
- Margem do rio Tietê: sem vida; Barranco na Zona Leste: necessidade de obras;
- Além da preservação ambiental é necessário garantir a convivência e desenvolvimento;
- Guarapiranga Represa: abastecimento da cidade (ocupação desordenada)
- Paulista: sua ocupação caótica verticalizada;

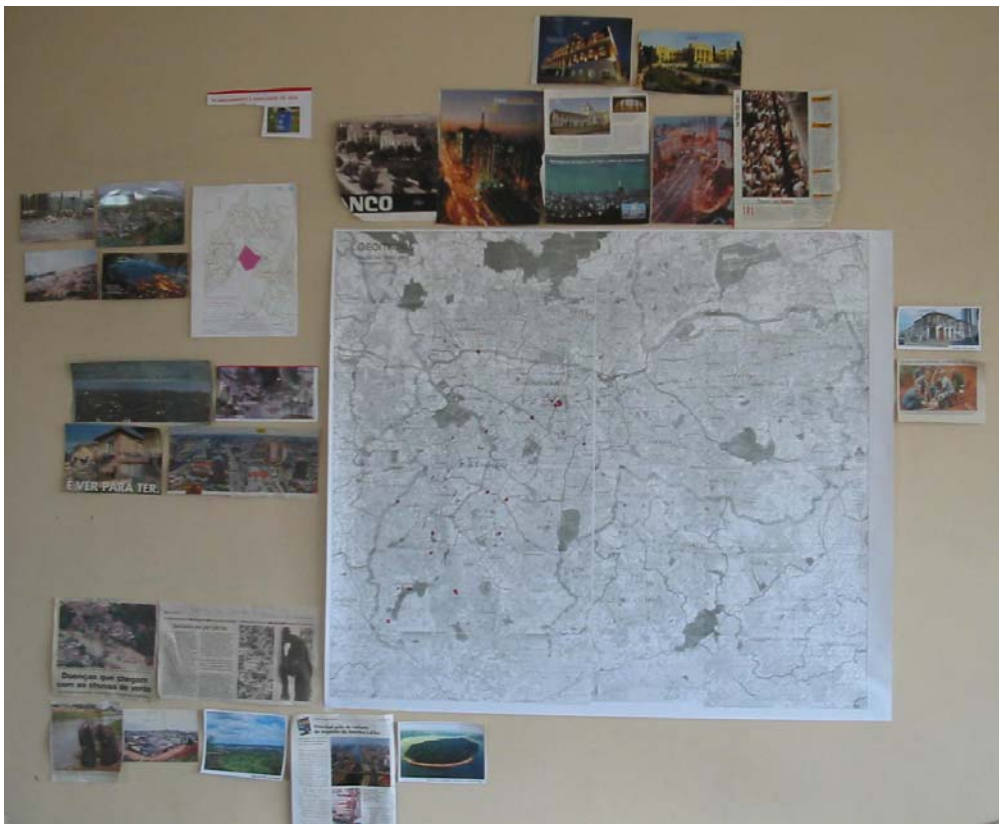
Centro: contrate de preservação e degradação – cortiços / expulsão da população para periferia – verticalização. Necessidade da ação da comunidade para mudar.

- Vale do Anhangabaú, Teatro Municipal: local onde ocorrem shows, urbanização

- Metrô/ Ferrovia: quantidade de pessoas, transporte mal organizado. Metrô foi inaugurado em 1974 e tem aproximadamente 56km. No México o metrô é da mesma época e tem hoje 2x mais. Tóquio tem umas 10x mais metrô. Metrô insuficiente devido à falta de planejamento;
- Paulista no início do século e hoje: da época dos Barões de café e o desenvolvimento sem planejamento. Falta de planejamento e amor pela cidade;
- Centro: Pinacoteca do Estado x Glicério: contraste de conservação
- Museu do Ipiranga: Arquitetura européia
- Riviera: Área de Proteção aos Mananciais

Recorrências:
- Contraste entre região central, ou áreas urbanizadas com serviços urbanos e região periférica
- Diferenças das duas regiões quanto à infra-estrutura, legislação, valor histórico das construções e diferenças em como se desenvolveram. Segregação marcante na cidade
- Houve também ênfase no valor cultural e simbólico dos espaços das áreas centrais e de referência para a população.

Painel montado com as fotos trazidas pelos alunos:



A segunda parte da aula foi expositiva, relacionando questões apontadas pelos alunos com um histórico crítico a respeito das condições de desenvolvimento urbano da metrópole paulista.
A aula seguiu outro enfoque, diferente da apostila, priorizando o processo de segregação espacial em sua relação com fatores econômicos. A aula abordou questões ligadas ao desenvolvimento do modo de produção

capitalista, o processo de divisão do trabalho, chegando às relações entre países na economia mundial, onde o Brasil têm papel periférico, o que o coloca na situação atual de mercado consumidor e excluído. Foram abordadas as desigualdades sociais e concentração de renda, entrando no tema da segregação sócio-espacial por este aspecto.

Os alunos gostaram muito da aula, prestaram bastante atenção e no final colocaram várias questões e dúvidas sobre o tema.

Muitos alunos, principalmente os delegados e conselheiros do OP e os agentes de saúde, demonstraram a preocupação sobre o que agentes locais podem fazer para transformação da realidade social, já que a aula abordou aspectos históricos, políticos e processos sócio-econômicos que influíram na formação da cidade.

Ressaltou-se que a aula teve um enfoque macro-econômico, mas nas aulas seguintes serão abordados temas mais próximos de sua realidade. A leitura da cidade apresentada é importante e sempre deve ser relacionada com as questões locais, e eles terão a oportunidade, ao longo do curso, de discutir o papel dos agentes locais na cidade.

Aula 3: Inclusão e Exclusão Social

A aula começou com uma introdução sobre indicadores sociais. Em seguida foi realizada uma dinâmica (prevista no material didático), onde a turma, dividida em 5 grupos, espacializou dados numéricos sobre os distritos e formulou, a partir de uma discussão, uma explicação para o fenômeno observado.

Os grupos apresentaram os mapas produzidos, sua explicação, todos eles chamando atenção para as limitações de se analisar a realidade social apenas com alguns dados numéricos.

O grupo que trabalhou com os dados sobre a carência de equipamentos de saúde foi composto por agentes de saúde. Eles levantaram a questão de que os distritos mais populosos são os que têm maior carência. Questionaram se os distritos centrais realmente têm carência de equipamentos, já que a população SUS-dependente, ou seja, que depende de equipamentos públicos de saúde, é pequena. Ressaltaram que nos distritos periféricos, além de ser praticamente 100% a população SUS-dependente, nos poucos equipamentos existentes, faltam condições básicas (recursos humanos, equipamentos, medicamentos) para o atendimento adequado da população.

O grupo que trabalhou com os dados de homicídios levantou que é difícil explicar a maior concentração de homicídios em alguns distritos. Podem traçar algumas hipóteses, por exemplo, a menor renda e escolaridade, com maior envolvimento em crimes, mas isto não explicaria tudo, já que há pessoas de renda mais elevada que se envolvem com crimes. Levantaram também a questão de que nos distritos centrais há um índice elevado de homicídios (homicídios por 1.000 habitantes), mas como a população é menor, em números absolutos isto não representa muito.

O grupo que trabalhou com a distribuição de renda, e o grupo que trabalhou com a distribuição numérica da população, levantaram questões semelhantes. Ressaltaram que os distritos que têm população mais carente não são os que recebem maior investimentos públicos. É necessário então, para discutir políticas públicas, entender melhor os critérios que a prefeitura utiliza para destinar mais ou menos recursos para cada região da cidade, e estes têm que ser revistos para atender a população mais pobre.

O resultado da aula foi bastante positivo. Conseguiu-se aplicar um tema de difícil apreensão a partir da preparação da aula e dos exemplos dados. O resultado foi uma discussão bastante rica, sobretudo pela conexão com a aula anterior (desenvolvimento e crescimento da metrópole).

Pelas apresentações dos grupos, percebemos que os alunos apreenderam bem as possibilidades de aplicação das informações debatidas, assim como os seus limites. Os agentes de saúde sempre fizeram comentários embasados em experiências próprias. Lideranças comunitárias parecem ter dificuldade em ultrapassar nas discussões os limites da sua atuação (geralmente o bairro). Na discussão dos indicadores, ao levantar hipóteses para as diferenças entre bairros, partiram em geral de questões de bairro com a qual estão envolvidos, relacionando-as com questões gerais da cidade, como aplicação do orçamento municipal, tratamento diferenciado do poder público entre bairros.

No final da aula foi pedido aos alunos que trouxessem na aula seguinte informações sobre M'Boi Mirim que utilizam em seu dia-a-dia profissional, que utilizam para montar um diagnóstico da região e definir suas prioridades de ação.

Aula 4: Diagnóstico do Distrito do Jardim Ângela

A primeira metade da aula 4 foi expositiva, seguindo o roteiro proposto.

Ao longo da exposição, os alunos levantaram questões relacionando o conteúdo apresentado e situações próximas conhecidas:

- Carência de equipamentos públicos na comunidade em que atua: terreno particular ocioso e falta de creches e áreas de esporte para crianças;
- Problema dos CDMs: entidades que gerem os espaços privatizam e não deixam a comunidade utilizar;

- Muitos chamaram a atenção pela falta de conhecimento que têm sobre os limites da área de proteção aos Mananciais, dos Loteamentos Irregulares e Favelas.
- Muitas dúvidas sobre o que é Área de Proteção aos Mananciais e Bacia Hidrográfica.

Na segunda parte das aulas, os alunos reunidos em cinco grupos produziram mapeamentos com as informações trazidas como lição de casa e com o seu conhecimento sobre a região.

Os mapas foram produzidos segundo a legenda proposta na apostila e os grupos puderam criar novas legendas, caso as informações trazidas não coubessem na sugerida.

Todos os grupos trabalharam com a legenda de cores proposta.

Os grupos terminaram os mapas nesta aula.

Aula 5: Diagnóstico Integrado da Subprefeitura: áreas de extrema exclusão e áreas potenciais

Esta aula começou com uma explicação sobre recursos hídricos, bacias hidrográficas e mananciais. A exposição foi montada em função de dúvidas levantadas pelos alunos em praticamente todas as aulas anteriores sobre o tema. Percebemos que havia uma confusão sobre o que é mananciais, e do porque dos limites da Área de Proteção.

A explicação partiu de conceitos básicos para o entendimento do assunto: curvas de nível, caminhos das águas, cumeeiras e vales. Através de ilustrações, foi exposto como é construída a represa e qual a sua área de contribuição. Foi mostrado quais áreas têm ou não impacto sobre a represa, em função de estar ou não dentro de uma bacia hidrográfica.

Houve participação dos alunos, fazendo comentários e percebemos que houve um entendimento geral da questão. O resultado foi positivo e muitos elogiaram a aula.

Na segunda parte da aula, os alunos apresentaram os mapas produzidos na aula anterior. Enquanto eles apresentavam, os monitores montaram um mapa síntese, reunindo as questões colocadas pelos grupos.

Foi possível verificar diferenças de enfoque entre os grupos, em função do perfil dos alunos. Os grupos foram montados por afinidade, e concentraram pessoas que atuavam no mesmo campo e em campos afins.

Aula 6: Marco Referencial para a Gestão Pública – Estrutura Institucional e Descentralização

A aula foi predominantemente expositiva, seguindo o roteiro proposto e utilizando a apresentação em powerpoint. Ao longo de toda a aula houve espaço para intervenção dos alunos, que faziam comentários e tiravam dúvidas.

A primeira parte da aula foi focada nas atribuições e recursos (impostos arrecadados) dos níveis de governo (executivo e legislativo), na relação entre eles, definidos na constituição. Foi abordado também o papel do judiciário e ministério público.

Muitos alunos apresentaram nas aulas anteriores dúvidas quanto ao critério de definição dos limites das subprefeituras. O tema do desenho institucional da prefeitura, de onde se inserem as subprefeituras na estrutura municipal foi bem recebido.

Na segunda parte da aula foi tratado o tema da descentralização mais especificamente. Foi passado um breve histórico das propostas de descentralização administrativa no município de São Paulo e, em seguida, os principais pontos que definem uma maior democratização da gestão, e uma atuação eficiente e eficaz do poder público no tratamento dos problemas e desenvolvimento dos programas e políticas públicas.

Ressaltou-se na exposição:

- Descentralização: por um lado pode levar à maior democratização e maior eficiência (cada área da cidade com suas especificidades), mas se não for realizada de forma a descentralizar espaços de decisão, pode não significar uma democratização, mas apenas aproximar da população um balcão para onde devem levar problemas (“porta dos pobres”, que dá margem a práticas clientelistas. Este tema está desenvolvido no texto da apostila)

- Divisão distrital e das subprefeituras: os limites administrativos geraram um grande interesse nos alunos, já que sua atuação local tem relação direta com o poder local e seus limites. Foi feita uma exposição sobre a forma como a cidade foi divida em distritos (levando em conta dados do CENSO/ IBGE para delimitar áreas com no máximo 200 habitantes e com características similares), as razões da necessidade da subdivisão do município em regiões administrativas, e como as administrações regionais atuavam, e agora as subprefeituras, atuam sobre a cidade (atribuições e relação com o poder central).

O último tema abordado foi da relação entre município e sua estrutura administrativa e os conselhos municipais.

As principais observações dos alunos na aula foram:

- Agentes do OP levantaram a importância de um maior contato da população com a legislação para disseminação do conhecimento sobre competências dos diversos níveis do poder público (onde ir para reivindicar seus direitos), quais os direitos, deveres dos cidadãos e dos dirigentes públicos. Uma proposta bastante enfatizada foi de ser incluir no ensino básico estes conhecimentos.

- Levantaram a dificuldade de acesso das pessoas a estas informações e a mesmo a livros, na região, por conta das dificuldades de acesso à escola e aos livros.

- Há uma dificuldade em entender o que a lei determina, mesmo entre lideranças populares ativas na comunidade. Por exemplo, as pessoas queriam incluir no OP questões ligadas à água, que são de competência do Governo do Estado e não do município. Falha do próprio processo OP como vem ocorrendo, bem como planos regionais e PDE, que não conseguem explicitar o que os define, o que cabe ou não em cada um, o conceito de cada um (Esta questão apareceu nos comentários dos alunos e no próprio entendimento deles sobre essas leis exposto).

- Houve um debate grande sobre as diferentes formas de atuação do poder público, principalmente na questão entre necessidade de zelar pelo existente e criar mais programas e políticas públicas (promoção social). Neste ponto, muitos citaram equipamentos públicos conhecidos onde faltam recursos físicos e humanos para atendimento da população, mas reconheceram a necessidade de maior atuação do poder público em outras áreas.

Aula 7: A Construção de uma Política Urbana: Estatuto da Cidade, Conferência das Cidades, Conselho das Cidades e Orçamento Participativo

Nesta aula, os professores responsáveis desenvolveram um roteiro diferente da apostila, visando um maior envolvimento dos alunos com o tema, através de uma dinâmica, seguida de discussões realizadas sobre as apresentações dos alunos.

O roteiro utilizado foi o seguinte:

1. <u>Introdução – breve histórico da luta pela Reforma Urbana</u> (com base no texto da apostila)

- Anos 60 – início do movimento social pela reforma Urbana (interrompido na ditadura);
- Anos 70 – surgimento de vários movimentos e organizações populares reivindicativas;
- Anos 80 – articulação dos movimentos por participação na esfera pública:

.Movimento de Luta pela Reforma Urbana;

.Revisão da Constituição – Constituição Cidadã (emenda popular pela reforma urbana):

. Participação direta dos cidadãos de institutos de democracia direta ou semi-direta, entre eles os conselhos;

. Conceito de função social da propriedade e da cidade – capítulo de Política Urbana na Constituição Federal, Estadual e em muitas Leis Orgânicas Municipais (mas depende de lei federal – Estatuto da Cidade e Planos Diretores municipais).

- 1991 – primeiro projeto de iniciativa popular na Constituição: Fundo Nacional de Moradia Popular / Conselho Nacional de Moradia Popular (ainda em aprovação);
- 1994 – programa de governo da campanha Lula: Ministério da Reforma Urbana / Conselho Nacional de Política Urbana e Regional / Plano Nacional de Política Urbana e Regional;
- 1999 – 1ª de 4 Conferências das Cidades organizadas pela Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior junto com Movimento Nacional de Reforma Urbana;

- 2000 – Instituto Cidadania: Projeto Moradia (habitação não se restringe a casa), propõe a criação do Ministério das Cidades e Conselhos das Cidades;
- 2001 – Estatuto da Cidade: Lei Federal 10257/2001 (13 anos depois da Constituição Federal);
- 2002 – criação do Ministério das Cidades (primeiro dia de governo Lula);
- 2003 – realização da Conferência das Cidades;

2. Trabalho em grupo

- Em 4 grupos os alunos devem discutir o que significam e como aplicar os 4 tipos diferentes de instrumentos de política urbana (texto sobre o tema na apostila):
    - Indução ao Desenvolvimento Urbano
    - Regularização Fundiária
    - Democratização da Gestão Urbana
    - Financiamento da Política Urbana
- Apresentação de cada grupo para a sala;
- Discussão e fechamento sobre os instrumentos que foram trabalhados pelos alunos e sobre outros que possivelmente não foram trabalhados.

3. Apresentação dos Conselhos Municipais existentes com destaque para o Conselho Municipal de Habitação. Conselhos

(modelos de gestão de interesse público, controle da administração pública, descentralização e democratização)

Debate sobre a gestão pública, levantando o papel dos conselhos municipais na transformação do planejamento da ação municipal em algo não apenas compartilhado pelos cidadãos, mas assumido por estes produzindo uma interface real com os diferentes grupos da cidade – estabelecer vinculo dos planos, projeto e leis com a cidade real.

Apresentação do tema dos conselhos sob os seguintes aspectos (baseados no texto da apostila):

- "Conselho popular de saúde" foi inspirador para os outros conselhos;
- Espaços institucionais de participação popular, vinculados ao Executivo, cujo marco legal é a Constituição Federal;
- Tem a função de co-gestão das políticas públicas – democratização da gestão;
- Formados por representantes do poder executivo, e da sociedade civil;
- Caráter mais consultivo ou mais deliberativo de políticas públicas;
- Podem gerir fundos públicos ou não;
- Na Constituição Federal ou Leis Federais:
    - Conselho de Saúde; Conselho de Educação; Conselho de Assistência Social; Conselho da Criança e do Adolescente;
    - Existem obrigatoriamente nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal;
    - Gestores de fundos públicos;
- Conselhos criados na instância municipal (maioria dos conselhos):
    - Conselho Municipal do Meio Ambiente;
    - Conselho Municipal de Cultura;
    - Conselho Municipal de Turismo;
    - Conselho Municipal de Habitação; (será detalhado mais adiante)
    - Conselho Municipal de Transportes;
    - Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

- Necessidade de lei para regulamentar a existência, competências e atuação dos conselhos (diferenciando os papéis da Secretaria e do Conselho);

- Questão da autonomia ou vinculação dos conselhos em relação à administração pública:
    - Canais institucionais de participação – integrante da administração pública;
    - Órgão administrativo responsável dá suporte técnico, administrativo e financeiro;
    - Autonomia necessária para exercer suas competências – fiscalização, por exemplo;
    - Necessidade de criar canais de participação dos cidadãos não organizados;
    - Paritário: lei de criação de cada conselho defini;
    - Há outras formas de organização e participação não institucionais.

- Conselho Municipal de Habitação:
    - Deliberativo (decide) / fiscalizador / consultivo (opina);
    - Objetivos básicos: estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de habitação;
    - Constituir comissão especial para organização de Conselhos Regionais de Habitação;
    - Estimular a participação e o controle popular;
    - Convocar a Conferência Municipal de Habitação;
    - Gerir a utilização e aprovar a implementação do FMH (Fundo Municipal de Habitação);
    - Decisões são homologadas pelo Secretario da Habitação do Município;
    - Composição – 48 membros: 16 do Poder Público (prefeitura, secretaria do Estado, CDHU, CEF); 16 de entidades comunitárias e organizações populares – eleitos diretamente; 16 de sindicatos, ONGs e universidades;

- Conferência das Cidades:
    - Podem ser regulamentadas por lei ou decreto do Executivo;
    - Parte do sistema de gestão da política urbana – avaliar a gestão da política;
    - Instrumento de participação popular;
    - Reúne diversos atores urbanos;
    - Integra as diversas áreas setoriais da administração pública, como os vários conselhos.

4. Apresentação do histórico do Orçamento Participativo – experiência de Porto Alegre e implantação em São Paulo

- PORTO ALEGRE:
    - Desde 1989;
    - Direcionamento de recursos para áreas periféricas mais carentes da cidade, principalmente em infra-estrutura: pavimentação de ruas, drenagem, iluminação pública, urbanização de vilas e favelas e saneamento; aumento dos equipamentos públicos e foi dado um maior destaque, na administração pública, à regularização fundiária, uma das principais reivindicações da população;
    - forma de participação, capacitação e envolvimento ativo da população nos assuntos públicos;
    - Ciclo territorial: 16 regiões;
    - Ciclo temático: 5 Plenárias Temáticas: vota prioridades / elege delegados e conselheiros de cada região
        .Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano;
        .Circulação e Transporte;
        .Saúde;
        .Assistência Social, Educação, Cultura e Lazer;

.Desenvolvimento Econômico e Tributação.

- Conselho do Plano de Governo e Orçamento: montagem do orçamento e do plano de investimentos (extraído das prioridades das plenárias), fiscalização da execução orçamentária;
- Fórum de Delegados Regional e Temático: apoio as conselheiros, divulgação para a população, fiscalização das obras previstas no Plano;
- Plano de investimentos: apresentado nas primeiras plenárias do ano, junto com prestação de contas

- SÃO PAULO:
  - 2001 – 2 % do orçamento municipal / 190 assembléias / 33 mil participantes / áreas: educação e saúde;
  - 2002 – 6% orçamento municipal (R$ 662 milhões) / 55 mil pessoas / áreas: educação, saúde e mais uma área por região (habitação, melhoria de bairros e programas sociais);
  - 2003 – Com a implantação das 31 subprefeituras, todas as atividades foram coordenadas por cada subprefeito(a) e supervisor(a) regional do OP:
  - Fortalecimento do processo de capacitação, divulgação de informações e formação cidadã;
  - Áreas mais votadas: Ação Social e Desenvolvimento / Educação / Saúde / Habitação;
  - Ciclo territorial: maio – primeiras 270 assembléias nas "zonas ODs" (unidades da pesquisa "Origem-Destino", do Metrô):votadas propostas e eleitos 2.131 novos delegados;

    . Maio: Fóruns Regionais de Delegados: governo local, subprefeitura e secretarias – estudo de viabilidade das propostas;

    . Junho: escolha das propostas finais pela população – 96 distritos.
  - Ciclo temático: seminários preparatórios (GTs – temas urbanos) e deliberativos (votação de políticas para cada tema);

    . Assembléia Temática Setorial: temas não descentralizados – ao final do ciclo, a Plenária Municipal de Delegados Temáticos elegeu os conselheiros;

    . Conselho do Orçamento Participativo (Conop), órgão máximo do OP: composto por aproximadamente 230 conselheiros (113 titulares, 113 suplentes) responsável pelo Plano de Obras e Serviços;

    . Plano de Obras e Serviços – compatibiliza demandas populares e capacidade do governo – passa Câmara Municipal para apreciação e votação até 31 de dezembro – Conop acompanha e fiscaliza o trâmite;

    . acompanhamento do Plano por uma comissão de delegados eleita para este fim nos fóruns regionais.

5. Apresentação dos alunos conselheiros do OP sobre sua experiência

Relato dos resultados da aula

Seguindo este roteiro, as conclusões dos alunos reunidos em grupos sobre os instrumentos do Estatuto da Cidade foram as seguintes:

Grupo 1: Instrumentos de Indução ao Desenvolvimento Urbano e de Financiamento da Política Urbana

O principal instrumento apontado no tema foi as ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social. Este grupo fez uma exposição rápida, apontando a grande quantidade de ocupações irregulares e favelas, no distrito, por isso a importância das ZEIS.

O instrumento foi considerado importante pois permite regularizar as condições de moradia, mas ressaltou-se que estas áreas demandarão depois muito tempo e recursos para melhorar mesmo as condições de vida da população.

Grupo 2: Instrumentos de Regularização Fundiária

Na questão da regularização fundiária foram primeiramente apresentadas as diferenças entre Usucapião e Concessão de Direito Real de Uso, tema bastante discutido no grupo.

Consideraram a importância da regularização para a arrecadação de impostos para a região, e assim poder fazer investimentos, trazer serviços e benefícios para a população.

Quanto à assessoria técnica, comentaram que assessoria jurídica para os moradores já existe, dada pela Ordem dos Advogados do Brasil. A novidade do Estatuto da Cidade é que agora terá também assessoria técnica, por convênio com o CREA.

Grupo 3: Instrumentos de Democratização da Gestão Urbana

O grupo começou observando que nem sempre instrumentos legais viram prática, e daí a importância da participação. Nesse sentido, consideraram o mais importante para a região o Projeto de Lei de Iniciativa Popular, mas também o mais difícil. Precisa de 5% dos eleitores do município, é necessário reunir pessoas para votar.

Audiências públicas são importantes para difundir idéias e agregar a população.

O OP é importante para direcionar orçamento para as prioridades da região. Mesmo sendo parte dos recursos apenas, é um meio de democratização. Às vezes o Estado não enxerga as prioridades das regiões, e o OP pode apontar as necessidades regionais.

Discussão sobre o OP e Comentários gerais:

Houve grande participação dos alunos relacionados ao OP, que ajudaram na explicação dos conselhos municipais, do ciclo do orçamento participativo e colocaram avaliações críticas do processo.

As questões principais foram:

- Importância da participação da população nos projetos que tem para a cidade e para nossa região. Pessoas às vezes não sabem porque alguns projetos não podem ser aprovados
- Garantir na lei que a região não vai crescer mais e políticas contínuas.
- Participar para saber quais leis foram aprovadas e quais não.
- Participaram do projeto para o PDR em vão, pois as propostas não foram aplicadas. Foram passadas as necessidades, propostas, e nada foi feito.
- Poderia sair do curso uma comissão permanente para colocar em prática o que estão fazendo. Teoria está sendo boa, mas ações não estão saindo. As pessoas estão interessadas. A comissão iria fiscalizar se o que discutiram no curso sai do papel (comentário de um dos alunos: “Agente quer ver acontecer, quer fazer acontecer”). Comissões, grupos para acompanhar até o fim, buscar informação e das retorno para a população.
- Processo tem que ter continuidade, formação continua, passar para outras pessoas, visando também conscientizar a comunidade.
- Trabalhar idéias locais de competência da subprefeitura
- Faltam condições para os representantes da população nos conselhos participarem. É fundamental garantir também que a população que participa seja respeitada na secretaria e tenham acesso a recursos para fazer projetos. Sugerem pequena ajuda de custo.

- Faltam caminhos para a população acessar a leis e documentos PD, PDR, etc

- No OP em São Paulo, muitas obras votadas não foram realizadas. Algumas obras do OP resultantes do OP não são divulgadas, a população não vê quais foram os resultados.

- O OP aprovou escola, mas não construía, então fizeram um abaixo assinado, conseguiram mais de 3.000 assinaturas e a escola está sendo construída.

- No Jd. S. Luis conseguiram muitas coisas com a participação.

- Fazem reuniões preparatórias. A organização da população é dificultada pela comunicação. A convocatória para as reuniões às vezes não chegam, ou chegam em cima da hora, e não dá tempo de fazer reuniões na comunidade.

- Realizam reuniões em entidades de bairro mas falta articulação da população. Enquanto eles conseguem mobilizar 500 pessoas, na zona leste conseguem 1500. A população que mora mais para o fundão participa menos.

- A população não regularizada tem medo, receio de participar. Se enconde porque não quer perder a casa. A população regularizada tem mais compromisso com o bairro

- OP Criança – acham impossível levar os jovens para essas reuniões. Têm que pensar em como levar. Têm feito curso para levar para escolas. Na zona leste o OP criança tem participação grande e até delegado.

- Alguns delegados participam como ouvinte em outras regiões para ver como está, nos municípios vizinhos, pensando na integração.

- Os levantamentos que as lideranças realizam junto à população para o OP são utilizados com interesse político, se tornam instrumento para vereador se eleger. Isto é uma falta de respeito com delegados e representantes.

- Acham que em SP está defasado o número de participantes, com relação a Porto Alegre. Um dos motivos é que quem termina de escolher é o poder público e há interesses escusos por trás. O que está sendo votado não passa.

Aula 8: Plano Diretor Estratégico, Plano Diretor Regional

A aula começou com uma introdução sobre o alcance dos Planos Diretores e a importância do Plano Diretor Estratégico (aprovado em 2002) especificamente, salientando as diferenças com relação aos anteriores.

Quanto aos alcances dos Planos Diretores em geral, foram apontados três áreas sobre as quais podem interferir:

- Diretrizes de obras;

- Regulamentação do Uso do Solo;

- Reorganização da Administração Pública

Foi destacado que o Plano Diretor Estratégico tem grande importância como passo necessário para a utilização dos instrumentos do Estatuto da Cidade. No entanto, por ser um instrumento normativo, é insuficiente para garantir a real utilização dos mesmos.

Nesta discussão houve grande envolvimento dos alunos. Os principais pontos que apareceram na discussão foram:

- a importância da participação para garantir que as leis saiam do papel;
- a relação com o OP com o Plano Diretor. Os delegados e conselheiros do OP deveriam ter mais acesso ao PDE, para as propostas estarem de acordo com ele. O papel do OP é complementar ao do PDE.
- Só no médio e longo prazo começaremos a ver na cidade resultados dos instrumentos do PDE e da nova regulação do uso do solo. As ZEIS por exemplo podem conter a especulação imobiliária e viabilizar a promoção habitacional, mas não em curto prazo.

Na segunda metade da aula foi apresentado o Plano Diretor Regional. Alguns alunos estavam presentes nas oficinas participativas para elaboração do plano, mas a maior parte da turma não conhecia a proposta.

Os alunos que participaram das oficinas demonstraram bastante insatisfação, pois até então nada do que foi aprovado saiu do papel. Mais uma vez foi levantada a questão de que trata-se de uma lei (ainda um projeto de lei) e portanto tem limitações e poucas garantias de que será efetivamente colocada em prática.

Os alunos colocaram que o Plano foi feito mas muitas pessoas continuam invadindo áreas em M'Boi por falta de habitação na região.

Houve uma dificuldade dos alunos em visualizar as propostas do PDE e principalmente do PDR pois os mapas apresentados em PowerPoint ficaram pequenos na tela e, além disso, o material da apostila é preto e branco, o que impediu a legibilidade.

Muitos alunos cobraram uma cópia do material, até para que pudessem utilizar em suas atividades no OP e na sua comunidade.

A participação nesta aula foi boa. Desde as aulas anteriores os alunos já demonstravam grande interesse pelo tema. A forma como as questões foram apresentadas, a discussão das limitações das leis gerou bastante envolvimento.

Aula 9: Planos de Ação e Implementação de Projetos Locais

A exposição do Plano de Ação do Jardim Ângela foi dividida em duas etapas. Na primeira parte da aula foram colocados os princípios norteadores do plano, assim como as diretrizes ditas estruturantes e transversais, as quais constituem um arcabouço de propostas consideradas fundamentais para todo o distrito, necessárias

inclusive para fomentar a implementação de ações locais. Ao mencionar as propostas referentes a cada setor, surgiram algumas questões específicas (por exemplo, no tocante ao assunto segurança) e, sobretudo, foram colocadas situações cotidianas particulares vividas por cada um. A necessidade de uma interdisciplinaridade e intersetorialidade nas ações, assim como de um trabalho conjunto das diversas secretarias, foi colocado como consenso.

A segunda parte da aula foi destinada à explanação das propostas locais do Plano de Ação, que selecionou algumas áreas chamadas Áreas de Intervenção Inicial, para as quais procurou-se indicar ações específicas, detalhando o modo de operacionalização, assim como as prioridades para a região. Nesta etapa a participação dos alunos foi mais discreta, embora alguns tenham se identificado com áreas selecionadas, colocando algumas questões. Por ser mais uma explanação, com debate no final, ficou fraca a participação de todos os alunos. Nesses debates nem todos participam, muitos dispersam. Mas muitos demonstraram interesse no Plano de Ação (um exemplar circulou pela classe), e no intervalo e no final da aula, muitos pediram cópias ou para ter acesso a ele, por ser um plano para sua região.

Aula 10: Formatação e Implementação de Projetos Locais

A aula teve início com uma discussão a cerca de possíveis temas a serem trabalhados nos projetos locais, sem limitação alguma. Foram colocadas então questões pelos alunos que foram listadas em três colunas, à medida que falavam. Tais colocações foram organizadas então em três grupos temáticos - cultura, meio-ambiente e zeis:

<u>Diretrizes para Áreas não Ocupadas / Meio Ambiente:</u>

- Preservação de Área Verde
- Geração de Renda
- Educação Ambiental
- Atividades para Jovens

<u>Equipamentos/Cultura</u>

- Equipamentos / Reserva de Área
- Geração de Renda
- Atividades para os Jovens / Cadastro / Identidade Local
- Esporte, Cultura e Lazer
- Cuidado com as crianças
- Saúde / Natalidade
- Pa/Maternidade Responsável
- Metas para a Vida / Motivação

<u>ZEIS</u>

- Falta Área
- Muito Adensamento
- Geração de Renda
- Abertura de Ruas / Caminhão de Lixo / Transporte
- Urbanização: Questão ambiental / habitação
- Atração de Atividades

Propôs-se que os alunos escolhessem um grupo segundo seu interesse, de modo, contudo, a misturar as diferentes atividades profissionais, possibilitando uma maior riqueza de discussão. Desta forma, os grupos se formaram e sugeriu-se que tentassem detalhar e delimitar a proposta de trabalho a ser desenvolvida. Para cada grupo foi designado um monitor do LabHab, responsável por apoiar e facilitar trabalhos.

- Grupo "Cultura": a discussão da proposta de trabalho partiu já da decisão de pensar um equipamento para a região, tendo em vista a carência encontrada. Foi colocada a necessidade de que tal equipamento contemplasse tanto atividades de lazer e cultura, quanto programas esportivos, além de atender a faixas etárias diversas. No entanto, a discussão ficou bastante presa à escolha de áreas para a implantação do equipamento, assunto que gerou bastante polêmica, uma vez que, no princípio, algumas propostas pareciam estar atreladas a interesses individuais. Por fim, ficou decidido que seriam visitadas as quatro áreas citadas, para que, a partir do conhecimento do território, fossem eleitas as vantagens e desvantagens de cada uma e as prioridades de atuação.

- Grupo "Meio-Ambiente": conforme se verifica nas questões identificadas como "meio ambiente", os temas são mais gerais e vão da educação ambiental à fiscalização, passando pela própria revisão da regulamentação, falta de alternativas habitacionais, etc. Presente também a necessidade de áreas de lazer e melhoria do acesso às existentes. Desse modo, o grupo teve alguma dificuldade em definir áreas para a visita, acabando por considerar grandes áreas vazias com alguma particularidade: bordas do Parque Ecológico, área de recuperação de cavas de areia próximas à represa, área pública com vegetação para a qual já existe estudo preliminar da Secretaria do Verde, área em comum com o grupo de Cultura, onde as atividades poderiam ser complementares. Assim, o grupo partiu para a visita de campo sem muita clareza do trabalho a desenvolver.

- Grupo "ZEIS": O trabalho em grupo consistiria no exercício de elaboração do Plano de Urbanização de uma ZEIS como um "estudo de caso" que pudesse elucidar as possibilidades levantadas pelo Plano Diretor (Plano de Urbanização e Conselho Gestor das ZEIS) e pela Lei Específica Guarapiranga, que está em fase final de aprovação, na Assembléia Legislativa como uma possibilidade de regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários.

As pessoas que eram moradoras da região imediatamente levantaram a possibilidade das suas respectivas áreas serem selecionadas para objeto de estudo do curso. Nesse momento, foi colocado que a metodologia desenvolvida poderia ser aplicada em outras regiões, ao ressaltar a importância de escolha da área por meio de critérios gerais e elaborados por todos. O trabalho seguiu com a definição coletiva desses critérios e a conseqüente indicação da área (no ítem 3. Trabalhos Finais).

Na segunda parte da aula o grupo se concentrou na definição dos aspectos a serem observados na visita de campo. Todas as propostas levantadas foram aceitas pelo coletivo do grupo. Como o número de itens propostos foi bastante grande, optou-se pela divisão da responsabilidade dos mesmos por duplas. Foi ressaltado que, na

visita de campo, o grupo todo andaria em conjunto e não devendo se separar, e ainda que cada subgrupo ajudaria os demais caso notasse algo relevante.

No final da aula, todos ficaram responsáveis pela leitura do “roteiro de visita” sugerido na apostila que tinha sido entregue e pela anotação de novas sugestões para serem incorporadas pelo grupo no dia da visita.

No final da aula, a classe se reuniu, os grupos apresentaram as propostas de lugares a serem visitados e foi eleito um roteiro a ser realizado na aula seguinte, que englobou as seguintes localidades:

- área do CDM em Vaz de Lima - Cultura;
- terreno da Antena da Rede Mulher – Cultura;
- gleba selecionada para implantação de um CEU no Três Marias - Cultura;
- região da Chácara Bananal e Vila Nova Cidade – ZEIS;
- área do aterro em Cidade Ipava, próxima ao clube Guaraci – Meio-Ambiente;
- parte do Parque Ecológico da Guarapiranga, no Alto da Riviera – Meio-Ambiente e Cultura;
- área proposta para parque no Jardim Herculano – Meio-Ambiente.

Aula 11: Visita de campo

A visita seguiu o roteiro montado. Três maquinas fotográficas descartáveis foram disponibilizadas para a turma, para que cada grupo tirasse fotos das áreas escolhidas para visita.

Notamos uma grande desenvoltura dos participantes quando falam de seu bairro e sua região, tomando o domínio do território e dos problemas para si, principalmente o pessoal do OP (não é à toa que são delegados) e agentes de saúde, ou no mínimo evidenciando grande conhecimento da região e suas dificuldades, porém com pouco domínio ou conhecimento sobre os problemas de outros bairros ou questões gerais da região como um todo.

Muitos participantes demonstraram grande respeito e valor pelas áreas verdes e pela natureza, em especial pela qualidade ambiental que o verde pode proporcionar às áreas urbanizadas, notadamente as áreas verdes da região. Isso ficou claro quando paramos no Clube Guaraci. Contudo, fica claro pela forma de urbanização que os moradores da região de maneira geral produzem, que não detém mínimo de conhecimento técnico ou referências sobre como construir e criar esses espaços. Os trabalhos dos grupos, quando do projeto, passam muito por esse conhecimento objetivo pessoal, e pela percepção subjetiva do espaço (como no caso do verde), com dificuldades para relacionar um aspecto com o outro na elaboração de proposições concretas.

O grupo da ZEIS teve uma particularidade, por ter escolhido uma única área, já definida para o desenvolvimento de sua proposta, avançando mais, na aula anterior, na definição do que precisaria ser visto no local.

Ao chegar na área escolhida (Chácara Bananal e Vila Nova Cidade: são áreas contíguas, como pode ser visto no diagnóstico do grupo) se reuniu na entrada do local a ser visitado para checar se novas propostas de itens a

serem incorporados na visita de campo surgiram com a leitura do material didático. Nenhuma mudança foi sugerida pelos membros do grupo.

A visita teve início com o acesso ao local escolhido ("estudo de caso" – região do Vila Nova Cidade) por uma das entradas do Bananal I e II, não ainda com o objetivo de percorrermos o interior da ocupação, mas sim de observá-la de um ponto mais alto, uma vez que, por falta de tempo, o grupo não poderia andar por todas as ruas necessárias.

De volta ao ônibus, foi reconhecido o entorno da ocupação aproveitando o percurso do ônibus pelas grandes estradas que a delimitam – de M'Boi Mirim e dos Funcionários Públicos. O morador do local – Sr. Marcos – explicou com detalhes como tinha sido a ocupação da área, identificou as diferentes atividades e entidades existentes, enfatizando a localização das áreas que ainda estavam livres, mas que estavam prestes a serem ocupadas.

Em seguida o grupo entrou novamente na área ao subir uma das entradas e percorreu o "morro" por dentro, aonde pode fazer as anotações necessárias. (ver trajeto no mapa e resumo do diagnóstico contido no ítem 3. Trabalhos Finais)

Aula 12 Projetos Locais

Esta aula foi destinada à elaboração de um diagnóstico da área a ser trabalhada por cada grupo, visando levantar todas as informações necessárias ao desenvolvimento do projeto. Para tanto, o LabHab selecionou um conjunto de textos, indicadores e mapas que pudessem embasar o trabalho de cada grupo temático. Além disso, foram levadas as fotografias tiradas durante a visita, de modo a ilustrar as verificações feitas em campo. Tendo em vista a produção de algumas pranchas de diagnóstico, os grupos tiveram que refinar a proposta, aprofundando a discussão a cerca dos objetivos de cada proposta.

- Grupo de Cultura: diante da dificuldade em escolher a área onde seria implantado o futuro equipamento de cultura, lazer e esporte, mesmo depois da visita de campo – fato esse que continuava restringindo as discussões para um espécie de defesa dos interesses locais de cada membro do grupo, argumentando para que "sua" área fosse escolhida – os monitores optaram por distanciar a discussão do objeto do terreno, enfocando-a em temas mais abrangentes para o bairro, como os elementos que caracterizam a identidade cultural da região de M´Boi Mirim e de seus moradores. Foi apontado qual aspecto realmente importante para uma proposta de um projeto de cultura, que o que esse curso se propunha era pensar o novo e não reivindicar a implantação de equipamentos, afinal sendo os alunos lideranças ou pessoas referências para suas comunidades, participantes

do Orçamento Participativo, ou Agentes Comunitários de Saúde, todos têm conhecimento dos meios e recursos para reivindicações de melhorias em seus bairros.

Esse tema proposto gerou uma discussão muito rica que buscava distinguir os distritos Jardim São Luiz e Jardim Ângela entre si e com o resto da cidade, na tentativa de identificar suas especificidades de caráter positivo e negativo, as características gerais – que apontavam os aspectos sócio-econômicos da região – e as características especificas – que apontavam os aspectos relacionados diretamente a oportunidades de lazer, esporte e cultura existentes.

A partir disso foi possível constituir uma reflexão mais abrangente sobre a questão de cultura, o que se fortaleceu com o segundo tema de discussão proposto, o qual enfocou a apresentação, por parte dos monitores, de alguns programas públicos e experiências existentes e que já haviam sido implantadas em alguma região da cidade, além das experiências conhecidas pelos próprios alunos. Após uma breve discussão sobre o significado de cada uma das experiências apresentadas foi possível começar a selecionar aquelas que mais se relacionavam com o futuro projeto que estava sendo discutido.

Como último aspecto discutido nessa aula, fazendo uma amarração com todos os outros aspectos discutidos, foi elaborado um diagnóstico para cada uma das quatro áreas visitadas – Três Marias, Vaz de Lima, Parque Ecológico e terreno da Antena -, visando eleger as potencialidades e desvantagens de cada uma. A partir deste diagnóstico de cada lugar, o grupo de alunos pôde perceber os diferentes níveis de propostas cabíveis a cada caso, variando de acordo com a acessibilidade, a dimensão provável da área de atendimento, as características do entorno, etc. Desta forma, o diagnóstico foi apresentado em três diferentes escalas, definidas com base no campo de atuação de cada localidade:

- significado local: Vaz de Lima;
- significado regional: terreno da Antena e Três Marias;
- significado metropolitano: Parque Ecológico.

- Grupo “Meio-Ambiente”: o grupo iniciou os trabalhos discutindo qual a amplitude e significado do tema meio ambiente para a região e que tipo de elementos poderia conter. Na seqüência, realizou um diagnóstico das áreas selecionadas para intervenção. Esse diagnóstico compunha-se por análise, baseada nos conhecimentos gerais sobre a região e específicos sobre as áreas, e nas percepções do grupo na visita de campo; e proposições, onde começou-se a delimitar objetivos para cada área, escalas de intervenção, correção de problemas. O trabalho avançou para discussões mais aprofundadas sobre alguns problemas e soluções, e a possibilidade de iniciativas mais amplas a serem continuadas na aula seguinte. Foram elencadas também algumas propostas gerais para toda a região, campanhas e atitudes inovadoras. O grupo era composto majoritariamente por agentes vistores e delegados do OP que ressaltaram a inadequação da legislação existente ao contexto da região e sua incapacidade de promover condições ambientais adequadas. Ressaltaram também a total discrepância entre o que a legislação de uso e ocupação do solo, código de obras e posturas em geral estabelecem e a realidade local. Os exemplos relatados levam a perceber a atitude de fiscalização na região como uma experiência “kafkiana”.

- Grupo “ZEIS”: No início da aula, foi exposto para o grupo que o objetivo do trabalho na próxima etapa de trabalho seria a sistematização do diagnóstico da área de estudo, incorporando agora os novos dados obtidos na visita de campo. Foi ressaltado que esta tarefa era fundamental para a realização do trabalho propositivo. Foi colocado ainda que seria necessária a apresentação dos instrumentos previstos na Lei Específica e no Plano Diretor (Decreto das ZEIS), no qual estava incluso o diagnóstico a ser realizado. O grupo decidiu iniciar o trabalho com o fechamento do diagnóstico que tinha sido iniciado na visita de campo e deixar o estudo da legislação para o final da aula.

Para realizar o trabalho de sistematização do diagnóstico, cada dupla que tinha ficado responsável pela observação de alguns itens apresentou seus resultados coletados na visita de campo. No final de cada apresentação, os demais membros do grupo levantavam outras questões anotadas a respeito do mesmo item. (ver roteiro no item 3. Trabalhos Finais) O grupo elegeu também um representante – Ângela (da guarda civil) – para fazer a junção das anotações dos colegas para serem relatadas posteriormente por meio de cartazes. Como o número de itens observados era bastante grande, esta tarefa durou praticamente toda a aula.

Após a identificação de todas as anotações realizadas pelos membros do grupo, o trabalho foi concentrado na fabricação dos cartazes. Primeiramente, foi localizado no mapa o roteiro da visita de campo e, em seguida, os aspectos observados foram passados para os cartazes, agora com o uso das fotos e dos mapas disponíveis. Os primeiros mapas foram elaborados com a ajuda da monitora, no entanto o grupo logo dominou a técnica da confecção de mapas, que passou a ser uma linguagem bastante utilizada.

A sistematização não pôde ser concluída nesta aula devido a extensão da tarefa e também pela dedicação e cuidado dos membros do grupo em passar as informações para os cartazes de forma mais clara e organizada possível. Dessa forma, a leitura da legislação foi adiada para a aula seguinte.

No final da aula, foram entregues os textos, selecionados pela equipe do LabHab, para que fossem lidos pelos membros do grupo sugerindo que,a partir deles, fossem levantadas sugestões para o projeto que seria iniciado na aula seguinte. (ver indicação de textos no anexo II: material de apoio)

Aula 13 Projetos Locais

Essa aula foi conduzida de maneira a permitir aos alunos iniciar as proposições para cada área e assunto: ZEIS, Meio Ambiente e Cultura. Antes de cada grupo temático se reunir foi apresentado o diagnóstico produzido na aula anterior. Cada grupo pôde acompanhar o que os demais estavam desenvolvendo, promovendo uma troca entre eles. Em seguida os grupos se reuniram novamente para dar continuidade ao desenvolvimento das propostas.

- Grupo de Cultura: durante a apresentação do diagnóstico feito pelo grupo uma das alunas sugeriu a elaboração de um projeto cultural que pudesse integrar as quatro áreas visitadas, mesmo acarretasse maior complexidade e conseqüente dificuldade para implementação do projeto. Desta maneira, a fim de iniciar o desenvolvimento da proposta de projeto, os monitores sugeriram uma reflexão sobre quais seriam os aspectos e diretrizes de um projeto cultural relevantes para todas as áreas estudadas e quais aquelas especificas para apenas uma determinada.

Foram levantados então, alguns tópicos que compõe um roteiro para discussão, aspectos que deveriam ser considerados para a elaboração do projeto em questão, como por exemplo os atores que deveriam ser envolvidos, a possível programação de atividades, de onde viriam os recursos, entre outros.

Como diretrizes consideradas necessárias para todas as áreas foram levantados aspectos que buscavam uma integração entre elas, seja através da utilização de equipamentos existentes, da valorização de artistas e iniciativas existentes ou da implantação de um ônibus circular que conectasse as diversas áreas. A partir dessa reflexão o grupo propôs a elaboração de um projeto cultural que envolvesse de fato as áreas, considerando que cada uma delas poderia abrigar um tipo de atividade diferente, de acordo com suas especificidades.

Assim, foram elencadas as atividades possíveis para o programa de cultura, quais seriam interessantes ou importantes, além de já começarem a pensar quais atividades tinham caráter mais local e quais tinham caráter mais regional ou metropolitano. Destaca-se aqui a proposta de Formação de Agentes Culturais, que poderiam ser membros das comunidades locais e que teriam um papel fundamental na formulação de programações e subprojetos culturais articulando os diversos atores possíveis, entidades e grupos artísticos, além da necessária elaboração de estratégias de divulgação e envolvimento de suas comunidades locais, moradores das regiões de entorno dos terrenos que estavam sendo considerados para o projeto.

Foi sugerido aos alunos do grupo a leitura de alguns materiais de referência que diziam respeito a experiências de políticas públicas na área de cultura (gestão municipal 1989-1992), um projeto cultural formatado e enviado para órgão ou empresa financiadora, atividades e experiências das Casas de Cultura Municipais, leis que poderiam contribuir na implementação de pequenas iniciativas de grupos locais, como o Programa VAI, entre outros, com o objetivo de aumentar seu repertório sobre as diferentes formas de elaboração de projetos culturais.

- Grupo “Meio Ambiente”: continuidade e aprofundamento das discussões sobre problemas específicos. O grupo pautou-se bastante na objetividade e possibilidade de concretização das propostas a serem desenvolvidas, muito em função do perfil dos participantes do grupo, agentes vistores em maioria. O grupo levantou todo o conjunto de legislação que deve ser fiscalizada na área e as principais dificuldades de sua aplicação, bem como aquelas situações em que a multa é uma sansão mas não resolve o problema. Desenvolveu-se em profundidade a proposta geral sobre formas alternativas de envolvimento positivo dos moradores na questão do meio ambiente, alternativas, formas de implementação e agentes envolvidos. Desenvolveu-se também a proposta de alternativas de usos adequados com retorno econômico e formas de arborização e recuperação do verde na região, utilizando recursos de compensação ambiental, conhecimento desse mecanismo e de um pouco de

informações sobre sua situação e possibilidades hoje no município. Esboçaram-se também os encaminhamentos dessas proposições, colocados nas pranchas de proposta (no item 3. Trabalhos Finais)

- Grupo "ZEIS": A aula teve início com a apresentação do diagnóstico elaborado pelo grupo para toda a turma do curso. No caso do grupo da ZEIS a sistematização que tinha sido feita na aula anterior foi apresentada pelo morador da área – Sr. Marcos - e pela representante da sistematização – Ângela da guarda civl. Outros membros do grupo, como Sr. Roberto e Sr. Abdom, relembraram itens que tinham sido comentados ao longo da apresentação. Vale a pena ressaltar que a visualização do diagnóstico foi um trabalho importante a ser feito para que todos participantes do curso tivessem a idéia geral das etapas do trabalho realizado.

A segunda parte da aula foi utilizada para a finalização dos cartazes de diagnóstico e pelo início da etapa propositiva do "estudo de caso". Para iniciar esta etapa a "coordenadora do LabHab" realizou uma leitura coletiva dos principais artigos do Decreto da ZEIS (Lei Municipal) e da Minuta de Lei Específica Cotia-Guarapiranga (Projeto de Lei na Assembléia Legislativa). Os membros do grupo levantaram algumas questões ao longo da exposição, principalmente relativas à efetiva possibilidade de flexibilização dos parâmetros urbanísticos permitidos para parcelamento do solo em área de proteção aos mananciais.

Em seguida o grupo identificou nos mapas, de acordo com critérios discutidos previamente, (1) as áreas livres a serem preservadas, (2) a serem adensadas e urbanizadas, (3) a terem ocupação removida e serem preservadas e (4) a serem urbanizadas. Foram apresentados pelos coordenadores do LabHab laudos técnicos contendo a localização das áreas de risco e a delimitação dos zoneamentos propostos pelo Plano Diretor Regional de M'Boi Mirim e pela Lei Específica Cotia-Guarapiranga.

No final da aula, cada membro do grupo apresentou as conclusões e anotações levantadas a partir da leitura dos textos que tinham sido entregues na aula anterior. Grande parte dos alunos realmente leu os textos e apresentou as anotações, de forma que o debate fosse bastante rico de informações novas, produzindo novos materiais que seriam acrescentados no projeto.

Vale a pena ressaltar, que, após terminada a aula, alguns alunos fizeram comentários sobre o avanço da sua compreensão sobre o conteúdo do curso por meio da realização do trabalho prático.

Aula 14 Projetos Locais

Nesta aula os grupos temáticos deram continuidade e finalizaram a elaboração de seus respectivos projetos, montando as pranchas para apresentação que seria na aula seguinte. Para tal a equipe de monitores e professores planejou as atividades com o objetivo de finalizar os trabalhos em grupo com os seguintes produtos:

- Propostas
- Agentes Envolvidos

- Encaminhamentos
- Operacionalização

- Grupo de Cultura: Nesta aula, a fim de amarrar a reflexão sobre quais atividades se relacionam mais com quais áreas, iniciamos o trabalho com o agrupamento dessas atividades, relacionando-as entre si e de acordo com as Secretarias Municipais existentes. Além disso, foram levantados possíveis atores envolvidos e que poderiam ser contatados. Nesse sentido foi discutido o papel dos atores na implementação das propostas, e encaminhamentos possíveis. As propostas foram amarradas para a preparação da apresentação final do trabalho.

- Grupo "Meio Ambiente": nessa terceira aula de desenvolvimento do projeto, buscou-se a finalização das propostas através de metodologia de organização das mesmas visando sua concretização: proposição, identificação dos agentes, operacionalização e encaminhamentos. Finalizaram-se também as propostas específicas para cada área escolhida. Como as propostas já estavam bastante detalhadas da aula anterior, onde houve a discussão de instrumentos legais que poderiam ser aplicados na região voltados para uma ação efetiva de preservação e recuperação ambiental, o grupo centrou-se em passar a limpo as propostas para montagem das pranchas finais e em elencar os encaminhamentos necessários para viabilizar o proposto. No aspecto encaminhamentos e operacionalização foi ressaltada a dificuldade de ter-se que lidar com o campo jurídico, bem como da sensibilização da hierarquia na administração municipal.

- Grupo "ZEIS": Logo no início, foi colocado que esta seria a penúltima aula do curso, a última dedicada à realização das propostas que compõem o Plano de Urbanização, o que exigiria um certo aceleramento na condução do trabalho uma vez que os cartazes finalizados seriam apresentados na aula seguinte.
Para dar continuidade à etapa propositiva do trabalho em grupo, foram disponibilizados mapas das micro-bacias que compõem a área escolhida (região do Vila Nova Cidade), de forma que as diretrizes que tinham sido ensaiadas na aula anterior foram rediscutidas se referindo agora a uma área de abrangência maior, ao enfatizar a necessidade de urbanização de toda a micro-bacia para garantir a melhoria da qualidade final da água dos córregos próximos. (ver anotações da aula 13)
Após a realização das diretrizes para a área, foi definida a delimitação final da abrangência da ZEIS e de seus correspondente Plano de Urbanização, que, de acordo com a proposta do grupo, respeitavam a delimitação das micro-bacias, acrescentando à elas pequenas áreas referentes à continuidade de ocupações existentes e consolidadas.
Nesta área definida foram realizadas propostas referentes à infra-estrutura, acessibilidade, comércio local, geração de emprego e renda, uso e ocupação das áreas livres, instalação de equipamentos públicos e comunitários necessários, entre outros itens. Em seguida, o grupo se dedicou à discussão da composição e seleção dos membros do Conselho Gestor da ZEIS. Para fechar o trabalho, foi necessário a indicação das etapas que não puderam ser desenvolvidas no decorrer do curso.

Por fim, foram propostos encaminhamentos que pudessem ser realizados a curto prazo pelos próprios componentes do grupo, de forma que a partir do curso cada membro pudesse multiplicar a experiência e dar continuidade à implementação dos instrumentos previstos na nova legislação. Dentre os itens colocados, é importante ressaltar o que levantava a necessidade dos membros do grupo colaborarem entre si para a concretização dos encaminhamentos propostos participando de reuniões conjuntas e agendando um encontro futuro para a avaliação dos avanços e das conquistas alcançadas.

Aula 15 Fechamento

A última aula do curso foi reservada para a apresentação dos trabalhos dos grupos e uma confraternização de encerramento. A aula contou com a presença de Pedro Aguerre, representado a Sehab, e de represente do Subprefeito de M'Boi Mirim.

Os grupos apresentaram seus trabalhos (sistematizados no item *3. Trabalhos Finais*), passando rapidamente pelo diagnóstico, já apresentado em aulas anteriores, expondo as propostas desenvolvidas. Em todos a participação dos integrantes na apresentação foi grande, demonstrando um domínio dos alunos sobre o tema que apresentavam.

Todos se mostraram bastante contentes com os resultados. Uma cópia da sistematização dos trabalhos foi entregue para cada aluno e muitos pediram uma cópia adicional para levar para sua comunidade (associação de bairro), ou para o local de trabalho (centro de saúde, subprefeitura).

Muitos levantaram a proposta de apresentar os projetos em outros locais (comunidades, associações de moradores), contando com a presença de representantes dos demais grupos. A proposta foi muito bem aceita.

3 Trabalhos finais

3.1 Grupo de trabalho: Meio Ambiente

Grupo: Ademir Raimundo Ferreira (Guarda Civil Metropolitana); Ana Lucia Ribeiro (agente vistor); Antonio Lobue Neto (agente vistor); Elisânio Queiroz Santos (agente vistor); Eugênio Marcio de Assis (agente vistor); Gelson Jose da Silva Araújo (delegado do OP); Maria das Dores S. de São Jose (delegada do OP); Rodrigo de Brito Moreira (agente vistor); Jose Antonio de Souza (conselheiro da saúde)

Roteiro Meio Ambiente

Objetivos:

Desenvolver propostas para a Região de M'Boi Mirim voltadas para a preservação ambiental, com base na situação existente e nas possibilidades de atuação dos participantes do curso. Estabeleceu-se a meta de desenvolver projetos diversos, desde relativos à atuação direta da população organizada, até a ação regulatória do poder público, passando por sua intervenção direta sobre o espaço; baseados nas possibilidades concretas de seu encaminhamento através dos participantes do curso.

Etapas:

1. Dignóstico propositivo:

- Identificação de Áreas para atuação: localização de áreas na subprefeitura de M'Boi Mirim que podem ser objeto de projetos de implantação de equipamentos de esporte, cultura e lazer, de infra-estrutura, de programas voltados para a comunidade, relacionados à valorização da vegetação, dos recursos hídricos, e à melhoria da qualidade de vida da população;
- Identificação de problemas e potencialidades: a partir da identificação de questões sócio-econômicas da região da Subprefeitura, elencar propostas adequadas a serem desenvolvidas;
- Identificação da atuação dos agentes vistores, as principais infrações ambientais, levantar as irregularidades na ocupação urbana na área, no sentido de pensar em alternativas com conseqüências mais positivas e eficazes dos agentes vistores, com uma ação mais voltada à produção de condições adequadas do que a mera sansão com base numa legislação impossível de ser atendida nas condições da região..

2. Propostas

- Definição de propostas gerais de programas voltados para a comunidade com relação às preservação do meio ambiente;
- Definição de ações, programas e melhorias a serem implementados nas áreas escolhidas;
- Levantamento de propostas de penas alternativas às pecuniárias e desenvolvimento de sua aplicação através dos Termos de Ajustamento de Conduta;
- Desenvolvimento e encaminhamento de procedimento organizativo da Subprefeitura para aplicação de recursos dos Termos de Compensação Ambiental do município na região.

3. Plano de Ação

Para cada proposta foi elencado:

- Proposta com objetivos gerais e específicos, e justificativa;
- Agentes envolvidos;
- Operacionalização (etapas para viabilizar as propostas);
- Encaminhamentos (etapas que podem ser realizadas pelos agentes presentes para levar adiante as propostas).

PROPOSTAS GERAIS

Semana Verde

Realização de evento periódico, de ação comunitária sobre o espaço da região. Realizado periodicamente, incluiria atividades de visitas a parques da região, plantação de mudas, mutirões de limpeza, oficinas de reciclagem, mutirões de ordenamento de ocupação, pequenas melhorias em saneamento, entre outras.

Agentes envolvidos:

- Escolas Municipais e Estaduais, Secretarias Municipal e Estadual de Educação;
- Munícipes envolvidos com os programas de formação ambiental da prefeitura; envolvidos em TACs; população em geral.
- Bolsistas do programa Bolsa-Trabalho
- Prefeitura – SDTS, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria de Educação.

Operacionalização:

- Secretarias de Educação e Escolas: organização da participação das crianças na Semana, desenvolvimento da forma educativa a ser tomada pela Semana;
- munícipes: colocar em prática o conteúdo desenvolvido em programa de formação ambiental, e/ou executar o acordado nos TACs
- Bolsistas: executar as atividades determinadas no programa da Semana e colaborar em sua organização;
- Prefeitura, Subprefeitura e Secretarias do Meio Ambiente e Educação: definir conjuntamente ações e propostas a serem desenvolvidas na Semana Verde e articular os demais agentes.

Educação Ambiental

Desenvolvimento de programa e política de conscientização e preservação ambiental na região, tendo em vista a especificidades de ambiente ecologicamente frágil, do tipo de ocupação que se consolida e de ser área de mananciais. Esses programas ou política envolveria em especial igrejas, associações de bairro o governo local, além de outros níveis de governo e as escolas.

PROPOSTAS PARA ÁREAS VERDES

1.Parque Ecológico Guarapiranga e Área pública no Jd. Herculano

Parque Ecológico Guarapiranga
(área 5 no mapa de localização das áreas de projeto)

Diagnóstico:
- estacionamento, salas, anfiteatro, quadras;
- roubo de cercas;
- falta de manutenção.

Propostas / Objetivos:
- incentivo à utilização – maior envolvimento da população com o espaço faria com que ela o defendesse;
- trabalho permanente com escolas – inserir o uso do parque no programa básico das escolas, e não só como visitas esporádicas;
- melhorar acessibilidade – criação de linha de ônibus que faça a ligação dos bairros da região entre si e com o Parque (“ônibus ecológico”); passagem mais barata nos fins de semana nas linhas que atendem ao parque;

Área pública no Jd. Herculano
(área 3 no mapa de localização das áreas de projeto)

Diagnóstico:
- grande área verde com nascente e córrego;
- existe projeto de parque da SVMA; não foi implantado na época por falta de verba para contratação de funcionários;
- projeto de centro de referência em agricultura urbana, também da SVMA;
- área municipal;
- lançamento de esgoto no córrego;

Propostas:
- criação de parque público: utilização e gestão do espaço por associação de moradores ou outras associações;
- terceirização de mão de obra;
- manutenção do parque pelo Poder Público;
- ligação do esgoto que vai para a área no coletor da Estrada da Riviera.

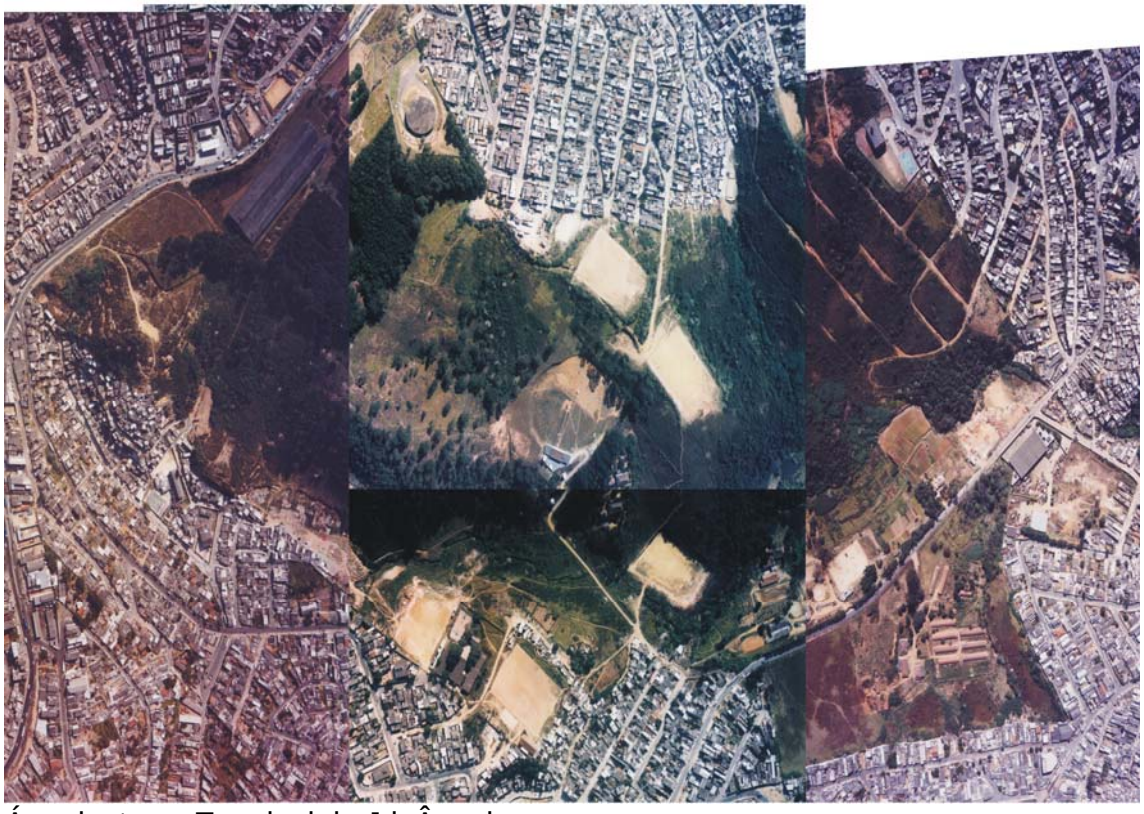
Agentes envolvidos:
- Secretaria Estadual do Meio Ambiente;
- SVMA, Secretaria de Educação, Secretaria de Transporte;
- SABESP;
- Subprefeitura – CPDURB
- SPTrans;
- Associações de Moradores.

Operacionalização:
- Secretaria de Transporte e SPTrans – criação de linha de ônibus que integre o Parque Ecológico à região;

- Secretaria Estadual do Meio Ambiente: destinar recursos ao Pq. Ecológico para sua manutenção; equipar melhor o parque;
- SABESP: ligar esgoto Jd. Herculano ao coletor da Estrada da Riviera;
- Secretarias de Educação e Meio Ambiente: inserir o uso do Pq. Ecológico no programa básico das escolas da região; criação de programas de educação ambiental;
- Subprefeitura e SVMA – levantar associações interessadas em gerir parque do Jd. Herculano; levantar situação burocrática de seu projeto na Prefeitura; elaborar forma de gestão conjunta ou de terceirização da gestão que garanta o uso público do espaço.

Encaminhamentos:
- Agentes Vistores encaminham este documento junto ao coordenador do CPDURB e dentro da Subprefeitura, que junto com os delegados do OP deve dar continuidade no encaminhamento para a SVMA, SABESP, SPTrans, Secretaria de Educação.

2. Área junto ao Terminal do Jd. Ângela e Aterro em Cidade Ipava

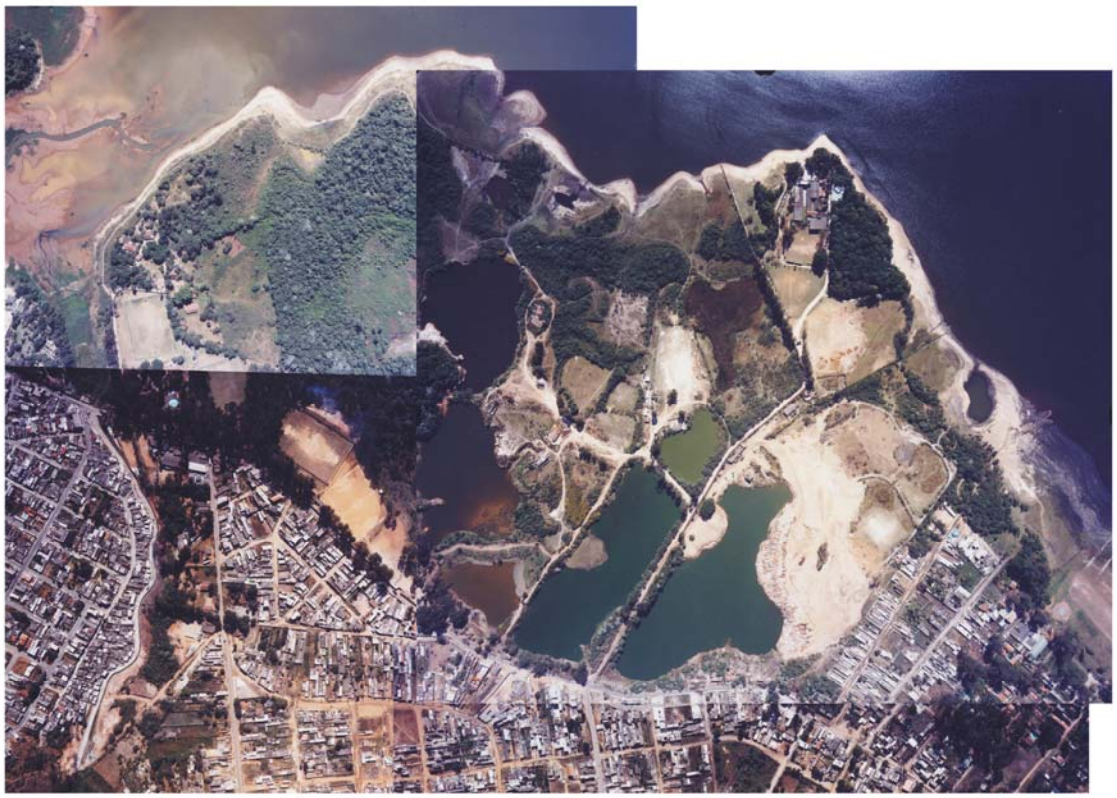


Área junto ao Terminal do Jd. Ângela
(área 2 no mapa de localização das áreas de projeto)

Diagnóstico:
- área particular; parte dela sob decreto de utilidade pública para a construção de um hospital;
- projeto de hospital e de faculdade;
- grande número de campos de futebol;
- acessos precários ou inexistentes.

Propostas / Objetivos:
- preservar áreas de mata e córregos;
- criação de um parque, com viveiros, playground, área de convivência, quiosques, manutenção dos campos e equipamento cultural;

Encaminhamentos (gerais):
- levantar limites de propriedade e do decreto de utilidade pública;
- levantar a situação dos projeto do hospital e da faculdade.



Aterro dos Poços de Areia em Cidade Ipava

(área 6 no mapa de localização das áreas de projeto)

Diagnóstico:
- área de despejo de entulho e terra, de acordo com TAC;
- aterro de lagoas e de área que já havia recuperado vegetação;
- lagoa existente: grande potencial paisagístico e lazer;
- proximidade ao Clube Guaraci.

Propostas:
- reflorestamento da área aterrada;
- criação de parque público, com ênfase na implantação de equipamentos esportivos e quadras;
- facilitar acesso da população dos bairros do entorno ao local: Capela, Ipava, Cumbica, Vera Cruz e Aracati;
- estação de tratamento de esgoto no local.

Encaminhamentos (gerais):
- levantar e revisar TAC;
- avaliação sobre a aplicação de instrumentos como IPTU progressivo, transferência do potencial construtivo;
- levantar cota de alagamento da represa;
- possibilidade de ser RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural;
- levantamento de propriedades na área;
- aplicação de compensação ambiental na área.

DIRETRIZES PARA ÁREAS NÃO OCUPADAS

Termos de Compensação Ambiental

Aplicação de recursos dos termos de compensação ambiental municipais para obras e iniciativas na região. Identificou-se que um dos problemas que a SVMA enfrenta é a falta de conhecimento de áreas que possam ser destinatárias dos recursos dos Termos de Compensação Ambiental. Por outro lado, a Subprefeitura carece de recursos e políticas para proteção das áreas nativas restantes e para a recuperação ambiental da região. A questão parece simples: estabelecimento do contato permanente entre a Subprefeitura e a Secretaria do Meio Ambiente e definição de áreas e prioridades para aplicação dos recursos:

- Caminhos Verdes;
- Arborização de vias
- Outros projetos: obras significativas para preservação, equipamentos, parques, manutenção.

Agentes envolvidos:

- Subprefeitura – setores de planejamento e fiscalização
- SVMA
- Associações de bairro

Operacionalização:

- Subprefeitura: cadastro de áreas e definição de prioridades de investimento; elaboração e apresentação de projetos; buscar contato e articulação com SVMA
- SVMA: definir e eventualmente regular política interna que destine recursos também a obras e programas diversos do plantio de árvores; buscar articulação com Subprefeitura;
- Associações de bairro: colaboração na definição de áreas e projetos.

Hortas Comunitárias e Programa de Agricultura Urbana

Propõe a criação de programa local de incentivo à agricultura urbana e à formação de hortas comunitárias.

A formação de hortas comunitárias visa basicamente melhorar a saúde alimentar da população, e envolve trabalho de informação, apoio técnico e educação alimentar.

O programa local de agricultura urbana, apoiada pelo PROAURP municipal, visa a geração de renda e trabalho, e a ocupação - de forma ambientalmente sustentável - das áreas desmatadas ainda não ocupadas por outros usos na região. A agricultura nessas áreas seria um concorrente à ocupação desordenada e irregular por moradias, e assim uma forma de preservação e recuperação ambiental; a partir do momento em que gera renda para os proprietários e para a população, cria vínculo da população com a atividade, e desenvolve culturas e atividades ecologicamente sustentáveis.

<u>Agentes envolvidos:</u>

- chacareiros e proprietários de áreas grandes e médias;
- SEMAB, SVMA e Secretaria Estadual de Agricultura;
- Subprefeitura;
- Universidade, ITCP e órgãos de apoio técnico;
- munícipes envolvidos nos TACs relacionados ao programa.

<u>Operacionalização:</u>

- chacareiros e proprietários de grandes áreas, TACs: sessão de áreas para o programa, iniciativa no desenvolvimento das atividades e culturas;
- SEMAB e SVMA: desenvolvimento do programa em conjunto com a Subprefeitura, a partir das premissas e diretrizes do PROAURP e de sua regulamentação, e articulação dos agentes envolvidos

- Secretaria Estadual de Agricultura, ITCP e órgãos de apoio técnico: suporte técnico e informacional ao programa, definição e acompanhamento das atividades, organização de cooperativas, etc.
- Universidade: apoio técnico, acompanhamento de experiências, sistematização de conhecimentos a partir das atividades.

Criação de Viveiros

Criação e manutenção de viveiros de mudas, em apoio às atividades a serem desenvolvidas em programas de recuperação ambiental, aos acordos dos TACs, e às obras de urbanização e plantio de árvores na região e às intervenções relacionadas aos Termos de Compensação Ambiental. Envolve basicamente a subprefeitura e a secretaria do meio ambiente, na determinação de áreas e manutenção dos viveiros.

TAC E FISCALIZAÇÃO

Substituição das penalidades pecuniárias por ações e condutas que visem melhores resultados e retorno adequado em prol da comunidade e meio ambiente.
É possível através do estabelecimento de acordo entre o Ministério Público e a Prefeitura para a definição e aplicação dos Termos de Ajustamento de Conduta nas situações de irregularidade colocadas abaixo, e de acordo com as alternativas propostas a seguir:

Irregularidades em:
- corte de árvores;
- movimentação de terra;
- obras irregulares;
- licença de funcionamento;
- despejo de esgotos;
- muro, passeio e limpeza de terrenos.

Alternativas:
- obrigação à participação em programas de educação, conscientização e formação ambiental;
- plantio de árvores, de espécies determinadas pela SVMA ou de acordo com as retiradas pelo infrator;
- trabalho e participação em programas sociais: merenda escolar; alfabetização solidária; obras e manutenção de escolas; UBSs; sanemento e drenagem; entre outras;
- responsabilização pela manutenção e limpeza de áreas verdes públicas
- destinação dos recursos pecuniários para obras de saneamento;
- redução da penalidade para seu cumprimento em tempo menor que os prazos estabelecidos;
- MPL – muros, passeio e limpeza: proprietário cede o usufruto do terreno e as responsabilidades sobre MPL para um programa da prefeitura, como agricultura urbana, reciclagem, cultura, outros.

<u>Agentes envolvidos:</u>
- Prefeitura: fiscalização, planejamento e meio ambiente;
- Ministério Público;
- Munícipes infratores.

<u>Operacionalização:</u>
- Prefeitura - definir os programas prioritários para cada região e fornecer meios;
  - regulamentar formas alternativas de penalidades;
  - capacitar os agentes envolvidos na aplicação das penas alternativas.

- MP: estabelecer acordo com a Prefeitura e elaboração dos TACs;
- Munícipe: cumprimento das determinações do TAC.

Encaminhamentos:
- Prefeitura: coordenador do CPDURB, supervisor SGUOS, Secretaria das Subprefeituras, Prefeito.
- MP.

TERMOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Aplicação de recursos dos termos de compensação ambiental municipais para obras e iniciativas na região. Identificou-se que um dos problemas que a SVMA enfrenta é a falta de conhecimento de áreas que possam ser destinatárias dos recursos dos Termos de Compensação Ambiental. Por outro lado, a Subprefeitura carece de recursos e políticas para proteção das áreas nativas restantes e para a recuperação ambiental da região. A questão parece simples: estabelecimento do contato permanente entre a Subprefeitura e a Secretaria do Meio Ambiente e definição de áreas e prioridades para aplicação dos recursos:
- Caminhos Verdes;
- Arborização de vias
- Outros projetos: obras significativas para preservação, equipamentos, parques, manutenção.

Agentes envolvidos:
- Subprefeitura – setores de planejamento e fiscalização
- SVMA
- Associações de bairro

Operacionalização:
- Subprefeitura: cadastro de áreas e definição de prioridades de investimento; elaboração e apresentação de projetos; buscar contato e articulação com SVMA
- SVMA: definir e eventualmente regular política interna que destine recursos também a obras e programas diversos do plantio de árvores; buscar articulação com Subprefeitura;
- Associações de bairro: colaboração na definição de áreas e projetos.

3.2 Grupo de trabalho: Cultura

Grupo: Francisco Valmir de Paiva (delegado do OP); Vera Maria Felipe (agente de saúde e delegada do OP); Rogério Carvalho Lira (agente vistor); Edna Pereira dos Santos Silva (agente de saúde e delegada do OP); Alecy Francisco Lopes (delegado do OP e agente de saúde); Lenilde da Silva Domingues (agente de saúde)

SISTEMATIZAÇÃO DAS ATIVIDADES E DISCUSSÕES

1. PRIMEIRA ETAPA – DIAGNÓSTICO:

1. 1. Identidade do Bairro – características:

Foram levantadas várias características típicas da região de M´Boi Mirim, principalmente aquelas relacionadas à escassez e falta de equipamentos e serviços públicos.

Gerais – pontos positivos:

- Diferenças entre distritos: São Luiz e Jd Ângela – o Jd São Luiz possui maior grau de urbanização e conseqüentemente de equipamentos, mas possui menos áreas livres para serem ocupadas por futuros equipamentos. Já o Jd Ângela possui menos infra-estrutura, é menos urbanizado, mas possui mais possibilidades de áreas para serem ocupadas por futuros equipamentos;

Gerais – pontos negativos:

- Região excluída – não recebe recursos, população não tem acesso a vários dos seus direitos, como moradia, educação, saúde, lazer, cultura;
- Falta de Oportunidades – tanto em relação a emprego e renda, como em relação a acesso a informações, conhecimento e equipamentos em geral;
- Baixa Renda – dificuldade em acessar cultura, seja pela falta de recursos financeiros, seja pela falta de tempo para tais atividades;
- Baixa Escolaridade – como a questão cultural se relaciona com diversas outras áreas, a falta de políticas educacionais que sejam abrangentes ou a necessidade em abandonar a escola é também um prblema cultural;
- Falta de Capacitação – faltam pessoas referências ou lideranças capacitadas que mobilizem a população em torno de alguma questão de interesse comum;
- Falta de conhecimento das potencialidades do bairro – pessoas moram aqui mas circulam apenas entre a casa e o trabalho, não caminhão pelo entorno de seu bairro, não conhecem a região;
- Insegurança e violência – típica da periferia e em particular em M´Boi se agrava pela falta de equipamentos e oportunidades, tanto de emprego como de esporte e lazer;

Específicas – pontos positivos:

- Existência de uma Casa de Cultura no distrito de Jd. São Luiz, Piraporinha – possibilidade de utilização; realiza algumas atividades e envolve algumas associações e entidades da região;
- Existência do Programa Criança Esperança – possibilidade de uso, realizam atividades e eventos;
- Existência de alguns Campos de Futebol – são poucos, mas os que existem estão sempre cheios;

- Existência de alguns grupos culturais – grupos que se viram e se organizam para viabilizar algum tipo de atividade cultural, de esporte ou de lazer (times de futebol, grupos de dança, de teatro, grupos que fazem artesanato, etc);
- Presença de áreas livres sem uso (principalmente JD Ângela) – potencial para implantar algo, áreas ociosas que poderiam abrigar algum tipo de atividade;
- Dois parques que poderiam ser ponto de referência da cidade – meio ambiente: o Parque Ecológico e o Parque Guarapiranga;

Específicas – pontos negativos:

- Falta equipamentos e programas culturais (cinemas, teatro...);
- Falta de políticas específicas para a juventude – como alternativas a droga;
- Falta de tempo para atividades de lazer e cultura – pessoas trabalham muito e têm que se locomover por longas distâncias para trabalhar, portanto não têm tempo nem disposição para freqüentar um espaço de cultura, esporte ou lazer;
- Ausência dos pais, que saem para trabalhar e deixam os filhos em casa sozinhos;
- Deterioração dos parques – falta de uso e falta de manutenção (ciclo vicioso);
- Os campos de futebol existentes na região estão sempre cheios, mas ainda são poucos para a demanda da região;
- No espaço do Programa Criança Esperança, a população que tem alguma renda consegue freqüentar as atividades. Realizam algumas atividades e eventos, mas são pagos;
- Casa de Cultura Piraporinha – tem pequena inserção em toda a comunidade de M´Boi e não atende toda a demanda de toda a Subprefeitura – há poucos recursos, tanto financeiros como humanos;
- Falta local para abrigar as manifestações culturais existentes.

1.2. Programas e experiências existentes, ou que já foram realizadas em outros locais, que poderiam ser implantados na região:

- Projeto 50 Horas de Cultura – vasta programação cultural / eventos e atividades;
- Planeta Azul – projeto da igreja messiânica:
  - cruzamento de educação e cultura;
  - âmbito escolar – com alunos / crianças;
  - curso de capacitação para professores;
- Rádios comunitárias – divulgação de atividades e ações;
- Programa V.A.I. – recursos para projetos culturais coletivos (lei coloca parâmetros para pedido de $$);
- Levar pais e alunos, juntos, na escola;
- Programas da UBS – saúde (o que são exatamente? – assistência social?).

1.3. Caracterização das áreas:

A. Vaz de Lima – *Aspecto local*:

Pontos negativos:

- Acesso restrito por rua local pode criar problemas, devido grande movimento gerado por futuro equipamento de esporte e lazer;

Pontos positivos:

- Acesso restrito por rua caracteriza o futuro equipamento com âmbito local;
- Implantar um equipamento nesta área pode gerar desenvolvimento local;

- Terreno adequado para implantação de um equipamento (plano, grande, com campo de futebol, etc);
- Demanda grande – grande favela no entorno. Há possibilidade de atender grande número de pessoas;
- Área da COHAB – tem um funcionário que cuida. Se o terreno for da COHAB há possibilidade de viabilizar uma intervenção através do programa *Viver Melhor*;
- Já utilizado pela população local – futebol, caminhadas, etc. Isso pode ajudar no envolvimento dessa população no processo de elaboração de um projeto para a área.

B. Hospital / Terminal / Antena – *Aspecto Urbano Regional*:

Pontos negativos:

- Existência de Restrições Ambientais: deve-se checar o que a lei de proteção dos mananciais permite construir, pois parte do terreno está em área de proteção dos mananciais. A área mais próxima à avenida não está dentro da área de mananciais;

Pontos positivos:

- Fácil acesso – terminal / avenida trás grande fluxo de pessoas que podem vira a freqüentar o equipamento de cultura;
- Atendimento de maior abrangência, devido o grande número de pessoas que por ali passarão – lugar de passagem;
- Possibilidade de ser centro de equipamentos – assistência social (hospital, casa de cultura, etc), o que é facilitado por ser do lado de um terminal de ônibus que atende grande número de pessoas;
- Terreno tem grande área, o que permite a utilização por vários equipamentos, e para vários usos;

C. Três Marias – *Aspecto regional / local*:

Pontos negativos:

- Insegurança: a falta de equipamentos contribui para o aumento da violência e torna o bairro perigoso;
- Restrições ambientais – toda a área do terreno está dentro da área de mananciais, o que está dificultando, por exemplo, a construção de um CEU que está destinado para a área;

Pontos positivos:

- Fácil acesso – perto da M´Boi Mirim, onde passam várias linhas de ônibus (transporte);
- Pode ter caráter de maior abrangência por estar perto de avenida;
- Demanda local é grande: há muitos loteamentos;
- Implantar um equipamento da região pode ser muito positivo porque será uma alternativa ao problema da violência;
- Possibilidade de futura existência de outros equipamentos vizinhos, principalmente o futuro CEU que está previsto para ser construído no mesmo terreno.

D. Parque Ecológico – *Aspecto Metropolitano* na questão do meio ambiente:

Pontos negativos:

- Demanda local não é muito grande e se constitui por população mais “nobre”;
- Não há linhas de ônibus regular para as proximidades do parque.

Pontos positivos:

- Fácil acesso, por ser um parque, mas necessita de mais linhas de ônibus;
- Terreno com área grande, o que permite a implantação de grande equipamento
- Já existe infra-estrutura implantada, o que poderia estar sendo aproveitado;
- Atendimento abrangente, por seu caráter metropolitano – referencia na cidade;
- Significado regional / metropolitano.

2. SEGUNDA ETAPA – PROPOSTAS:

2.1. Roteiro:

- Divulgação;
- Conscientização;
- Atividades / programação;
- Recursos;
- Analisar aspectos físicos;
- Atores envolvidos.

2.2. Objetivos:

- Acessibilidade à cultura;
- Despertar sensibilidade cultural na população;
- Explorar as potencialidades regionais.

2.3. Diretrizes gerais – Projeto Integrado de Cultura:

- Aproveitar equipamentos e experiências já existentes na região – formação de rede de equipamentos que funcionam de maneira interligada;
- Integração com escolas próximas – possibilidade de realizar oficinas de meio ambiente (ver programas existentes – Planeta Azul);
- Cada área com um palco – valorizando especificidade de cada área;
- Oportunidade para "talentos escondidos", pois já existem várias manifestações (sarau, artesanato, dança, etc.);
- Inserção de outras áreas no projeto – exemplo: chácara bambuzal (Jd. Tamoio – perto do terminal);
- Ônibus que interliga e dá acesso às diversas áreas do projeto, principalmente de fim de semana;
- Divulgação integrada com o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde;
- Formação de Agentes Culturais – pessoas das comunidades;
- Formação de novos atores para o desenvolvimento do projeto.

2.4. Atividades possíveis agrupadas por similaridade e competência das Secretarias Municipais:

a) Eventos e oficinas – Secretaria de Cultura e Secretaria de Esporte e Lazer:

- Torneios esportivos: futebol e outros;
- Dança;
- Shows – música;
- Oficinas: costura, pintura, artesanato, etc;

- Primeira atividade / grande evento que chama as pessoas para participar – atrativos (mudanças, transformação);
- Formar novos atores: divulgação, teatro, para organização;
- Divulgação – usar agentes de saúde;
- Formação de agentes culturais – vindos das comunidades;

b) Atividades Educacionais – Secretaria de Educação:

- Educação ambiental;
- Estudos do meio – visitas, excursões para parques (meio ambiente), teatros, exposições, etc;

c) Atividades Assistenciais – Secretaria de Assistência Social (SAS):

- Sorteios para população que freqüenta – forma de atrair;
- Eventos comemorativos: dia das mães, dia das crianças, homenagens especiais, apadrinhamento de crianças no natal, etc;

d) Atividades de Geração de Emprego e Renda – Secretaria do Trabalho:

- Cursos profissionalizantes – criação de cooperativas;

2.5. Atores envolvidos:

- Comércio local – patrocínio para realização de atividades;
- Colaboradores individuais;
- Casa de Cultura Piraporinha – colaboração com elaboração do projeto e com "logística", além de aproveitamento de atividades e experiências que já existem;
- Secretaria de Cultura;
- Outras Secretarias: Trabalho, Meio Ambiente, Educação, Esporte, Assistência Social.
- Outras instancias: Conselho tutelar, secretarias do governo do Estado de juventude e infância.

2.6. Atividades e ações específicas de cada área indicada:

a) Vaz de Lima – equipamento de âmbito local:

- Filial;
- Centro Esportivo de perfil local;
- Identificação de artistas anônimos;
- Trabalho de campo dos atores culturais para a conscientização local.

b) Terminal / Hospital / Antena – Chácara Bambuzal (Jd. Tamoio) – equipamento de âmbito urbano regional:

- Sede Cultural – PIC (Projeto Integrado de Cultura)
- Complexo Esportivo regional;
- Elaboração de projetos;
- Exposições dos trabalhos desenvolvidos nas oficinas desta e das outras áreas;
- Oficinas em geral;
- Formação dos Agentes Culturais;
- Encontros periódicos com os atores envolvidos nos projetos.

c) Três Marias – equipamento de âmbito regional:

- Cursos Profissionalizantes;
- Criação de Cooperativas de trabalho;
- Integração de atividades com o CEU;
- Identificação dos artistas anônimos;
- Trabalho de campo dos atores culturais para a conscientização local.

d) Parque Ecológico – equipamento de âmbito metropolitano (meio ambiente):

- Educação Ambiental;
- Ampliação do equipamento existente;
- Apresentações artísticas: musica, dança, teatro, etc;
- Oficinas ambientais;

Áreas de Projeto: Cultura

1. Vaz de Lima - SIGNIFICADO LOCAL
(área 1 no mapa de localização das áreas de projeto)

2. Terminal / Hospital / Antena - SIGNIFICADO URBANO REGIONAL
Chácara Bambuzal (Jd. Tamoio)
(área 2 no mapa de localização das áreas de projeto)

3. Três Marias - SIGNIFICADO REGIONAL
(área 4 no mapa de localização das áreas de projeto)

4. Parque Ecológico - SIGNIFICADO METROPOLITANO
(área 5 no mapa de localização das áreas de projeto)

3.3 Grupo de trabalho: ZEIS

Grupo: Abdon Paixão Ribeiro (delegado do OP); Ângela Silva de Almeida (Guarda Civil Metropolitana); Antonio Marcos Petrônio (delegado do OP); Dario Hatsumura (agente vistor); Paulo Rogério de Souza (Guarda Civil Metropolitana); José Alves do Amaral (Sehab); Roberto Carlos Veríssimo (agente de saúde); Gilberto Santos Silva (Grupo de Políticas Sociais-Sehab); Dinaide P. Portugal (agente de saúde); Edmar Dourado dos Santos Junior (agente vistor)

CRITÉRIOS DE ESCOLHA DA ÁREA

- Densidade Populacional (60.000 pessoas)
- Ocupação Consolidada
- Área com potencial de desenvolvimento
- Grandes áreas verdes / livres próximas
- Área carente de equipamentos
- Área de Risco
- Área com representação no curso

A. DELIMITAÇÃO DA ÁREA

Trajeto
Área de Risco (restrição à ocupação)
Áreas Livres
Chácaras Bananal I e II
Vila do Sol
Vila São João
Vila Nova Cidade
Entradas e Saídas dos bairros
P = pessoas
C = carros

B. ANÁLISE FÍSICO-AMBIENTAL E URBANÍSTICA

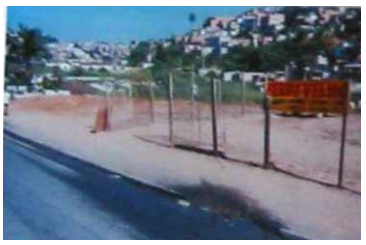
Áreas Livres

1 - Área da Cúria
2 - Campos de Futebol
3 - Área da Ipel (Projeto CEU)
4. Chácara Vila Nova Cidade
5. Área Municipal
6. Pesqueiro

Existência de Agricultura Familiar
Córregos a Céu Aberto
Lixo Acumulado

2

5



1

Áreas de Risco

1 - Áreas com grau de risco acentuado
Necessidade de remoção das famílias
2 - Instalação elétrica precária (risco de incêndio)

*Área de risco demarcada pelo IPT
Instituto de Pesquisa Tecnológica
(Vide Mapa)

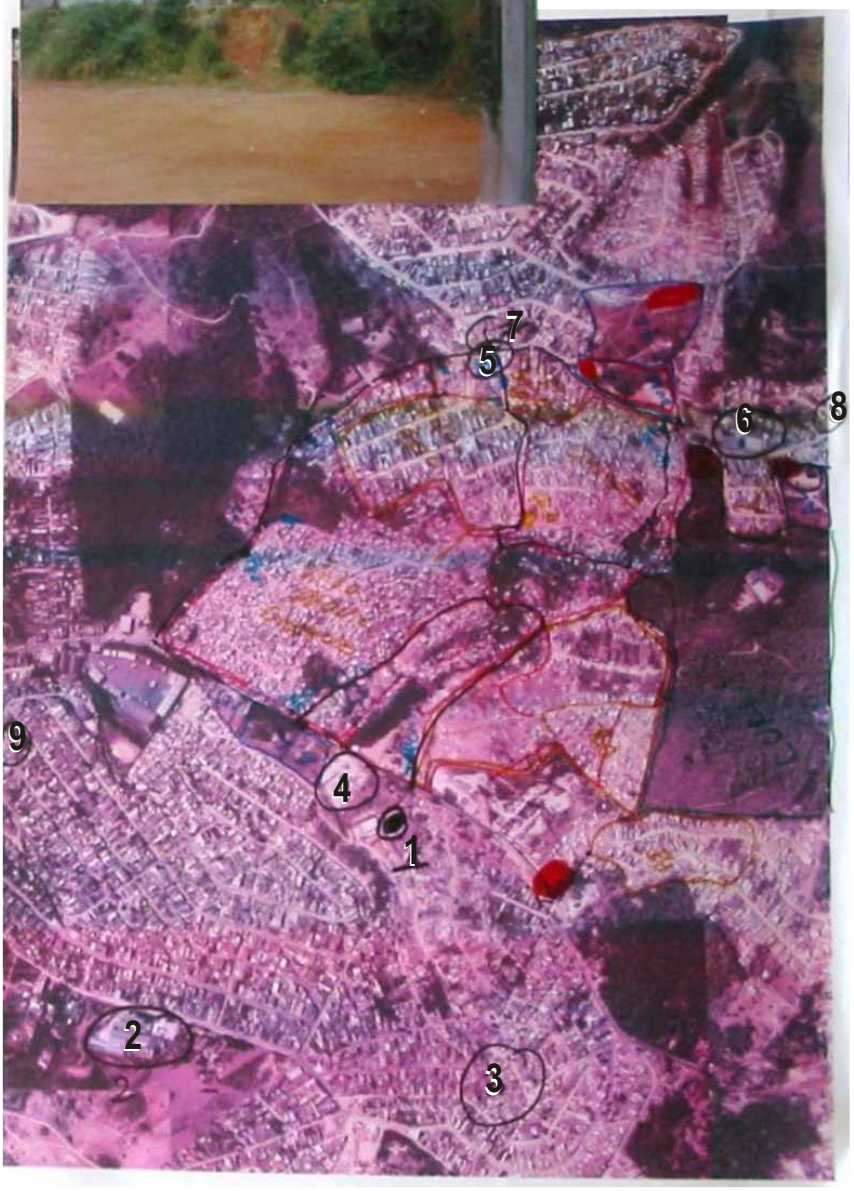
1

1

2

Equipamentos Municipais

Campos de Futebol
(vide áreas livres)



1 - EMEI Chácara Sonho Azul
EMEJ
EMEF Horizonte Azul
2 - EMEF Chácara Sonho Azul
2 - Escola Estadual Samuel Morso
3 - Creche Vila Calú
4 - Escola Estadual Onório Monteiro
5 - E. Estadual Amélia Kerr
6 - E. Estadual Amelinha
7 - UBS Jd Vera Cruz
8 - UBS Horizonte Azul
9 - UBS Jd Capela

Infraestrutura

- Esgoto:
- 100% sem rede Apropriada
- Esgoto a céu aberto

- Água:
- Regularizada: Vila do Sol; V. São João
- Irregular: N. Cidade; Bananal I, II

Obs. Cerca de 10% da região regularizada; e 90% irregular

- Luz:
- 70% da rede está regularizada
- 30% da rede é irregular

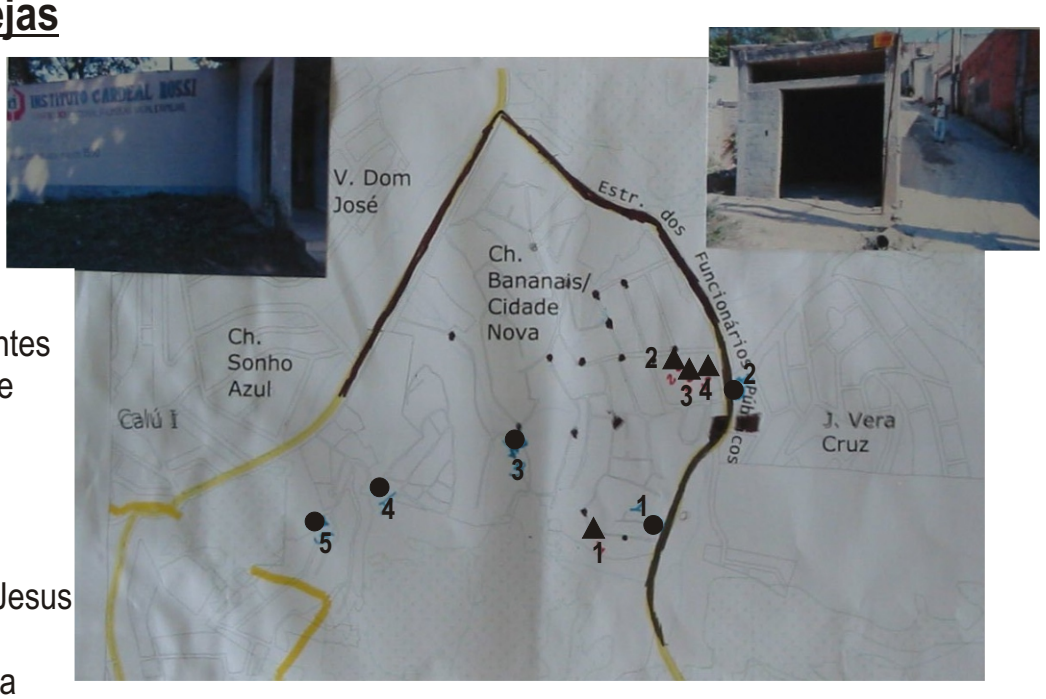
Obs. 30% irregular apresenta grandes riscos, perda/desperdício de energia

Entidades / ongs / igrejas comércio local

━ Eixo Comercial
• Ponto Comercial

● Entidades:
1 - Instituto Cardeal Rossi
2 - Associação Famílias Carentes
3 - Associação V. Nova Cidade
4 - Associação Bananal I
5 - Associação Bananal II

▲ Igrejas:
1 - Cam. Para J. Cristo
2 - Igreja Pentecostal Marav. Jesus
3 - Templo Test. De Jeová
4 - Núcleo Espíritca Cardecista



Acessibilidade local

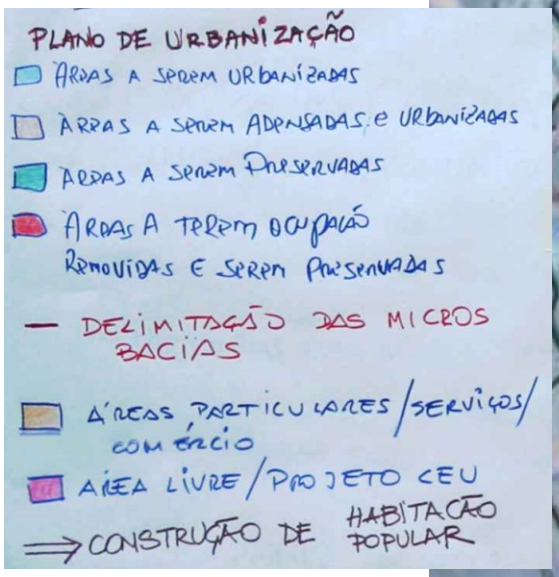
- Área 400.000m2 (aproximadamente), com 6 entradas de veículos (Vide Mapa);
- Área com dificuldades para atendimentos de emergência (ambulância, segurança, gás, lixo, etc)

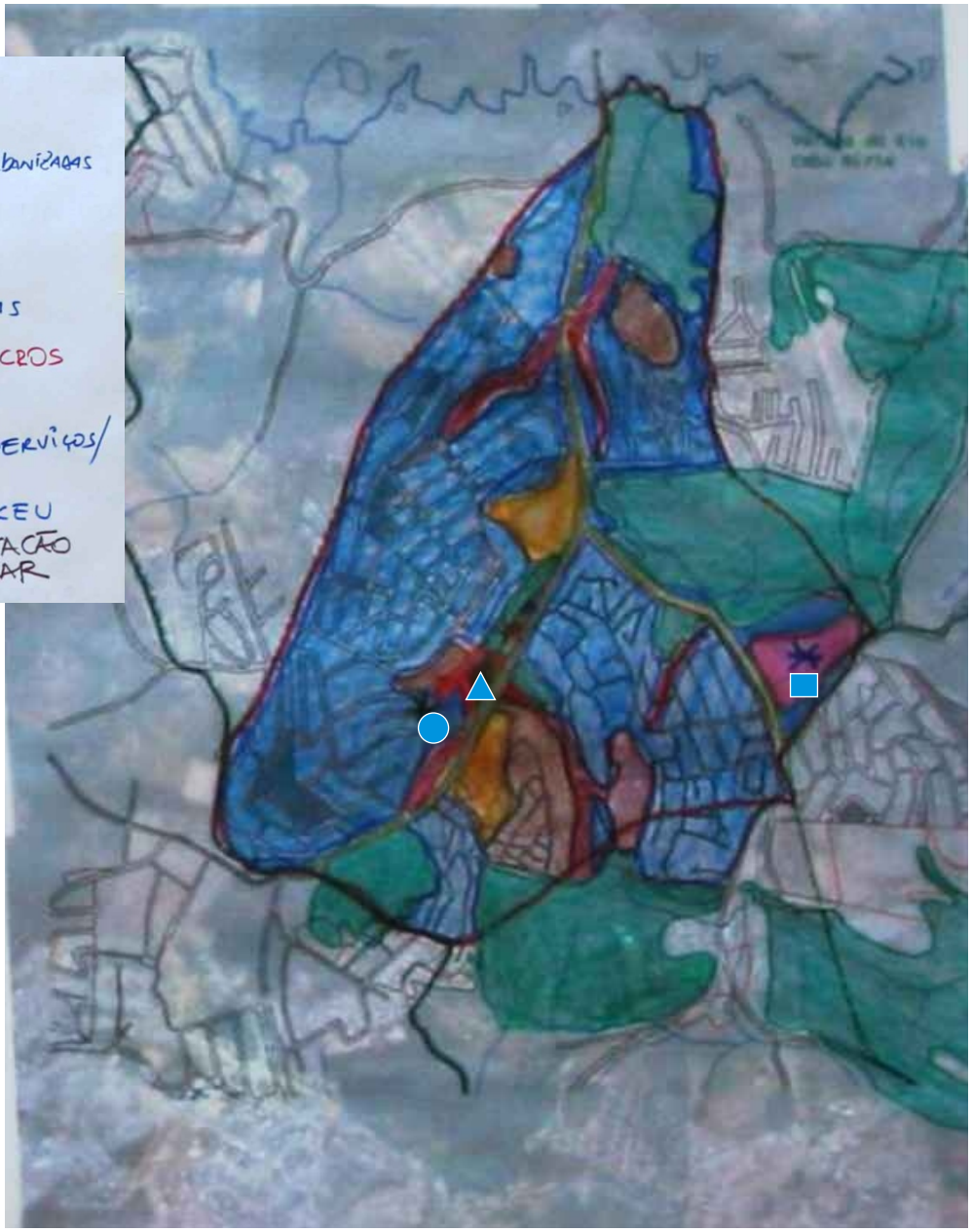
- Ruas estreitas / inclinadas
- Pavimentaçào / Iluminação precária e não existente em grande parte
- Vias sem calçadas

- O transporte coletivo concentra-se em 2 vias:
  Funcionários Públicos e M'Boi Mirim

Obs. Local de moradias longe destas vias
Para pessoas idosas e com deficiência torna-se impossível o trânsito

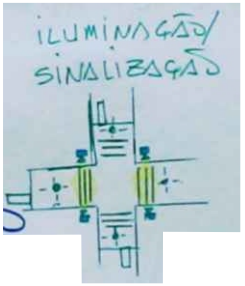
C. PROPOSTAS PARA A ZEIS





Proposta de novos equipamentos

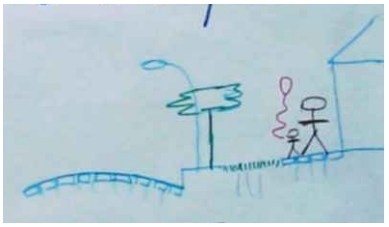
- CEU
- UBS
- BRINQUEDOTECA



4

Melhoria da infra estrutura

1- Posto de Correio
2- Tratamento de esgoto
3- Drenagem alternativa
(acompanhamento da comunidade)
4- Regulação da energia elétrica e iluminação Pública
5- Pavimentação tipo ecológico
6- Coleta regular do Lixo / Seletiva
7- Transporte Alternativo



5

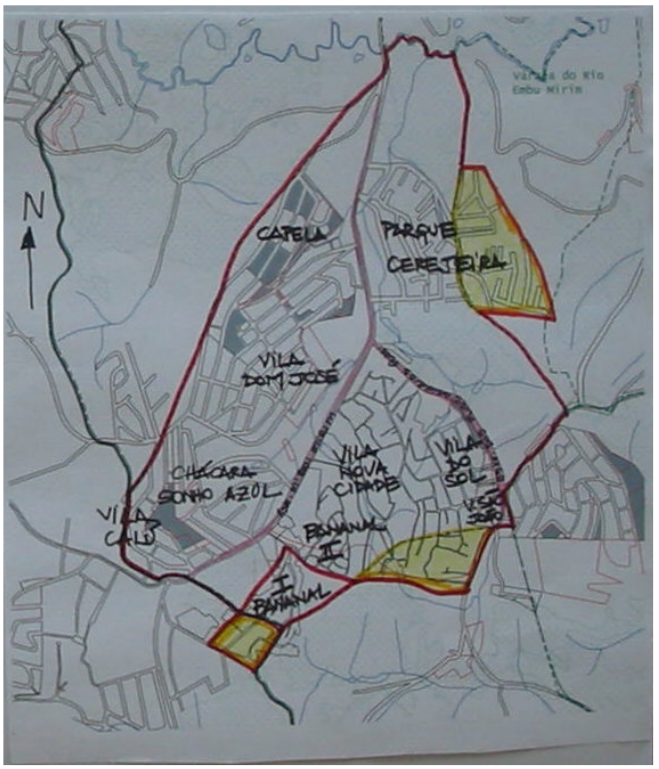
Programa de construção social

- Implantação da ITCP (Incubadora Tecnológica de Economia Solidária)
- Implantação dos EES (Empreendimento de Economia Solidária)
Ex.: - Alimente-se bem por um real (aproveitamento máximo dos alimentos);
reciclagem (OBS. Já tem o Programa Recicla Vera Cruz), artesanato, corte e costura,
Mini Vila Olímpica; Parcerias com as secretarias municipais / particulares / Entidades
(Cultura e Trabalho); Intercâmbio entre as cooperativas / organizações)
- Incentivo Comercial - Ex: Feiras, Padarias, Mercados, Bancos, etc.
Sugestão: Melhoria nos abrigos oferecidos aos moradores das áreas de risco
- **CONSOLIDAÇÃO DO CONSELHO DAS ZEIS**
- Base Comunitária Fixa

Limites da ZEIS

Micro-bacia

Áreas englobadas pela ZEIS



Proposta de composição do conselho de ZEIS

- 06 da Sociedade Civil
(3 representantes de proprietários; 3 de moradores)
- 06 do Poder Público
(moradores eleitos com voto Direto

D. ETAPAS QUE FALTARAM NA ELABORAÇÃO DO PLANO

- Regularização jurídico-fundiária
- Orçamento
- Plano de execução das etapas
- Definição das prioridades

E. ENCAMINHAMENTOS A CURTO PRAZO

- Possibilidades de Tratamento de Esgoto;
- Parceria de Reciclagem com a Secretaria de Serviços e Obras para Programa Recicla Vera Cruz;
- Divulgação da Lei das ZEIS e Lei Específica sob a possibilidade de Implantação e Elaboração do Plano de Urbanização de ZEIS
e do Conselho das ZEIS (Participantes do Curso, Moradores, Poder Público);
- Divulgar as delimitações da micro-bacia da região;
- Incentivar a Participação dos Moradores no Conselho da ZEIS;
- Servir de Agente Multiplicador na Comunidade;
- Participação do grupo nas reuniões dos bairros para ajudar na informação sobre a possibilidade de urbanização das ZEIS;
- Encontro futuro do grupo para avaliação dos resultados obtidos com o curso.

ROTEIRO PARA URBANIZAÇÃO DE ZEIS

(PROPOSTA DO GRUPO)

1. ELEIÇÃO DO CONSELHO DA ZEIS

- Definição do número de membros do Conselho

  Exemplo: 06 da sociedade civil – 03 proprietários e 03 moradores – e 06 do poder público
- Definição da forma de seleção dos membros da sociedade civil

2. DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS

2.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA

- Definição de critérios para a definição da área

  Exemplos: microbacia, bairros, loteamentos, barreiras importantes, etc.
- Identificação da legislação

  Exemplo: Lei Específica, Plano Diretor

2.2 ANÁLISE FÍSICO-AMBIENTAL

- Indicação das bacias hidrográficas e das microbacias
- Indicação da vegetação a ser preservada

2.3 ANÁLISE URBANÍSTICA

- Definição de áreas livres existentes

  Exemplo: Campos de Futebol, áreas verdes, áreas não ocupadas, etc.
- Definição de áreas de risco

  Exemplo: áreas muito inclinadas, áreas próximas a desmoronamentos, áreas sujeitas a alagamento
- Indicação de equipamentos públicos existentes

  Exemplo: EMEI, EMEF, UBS
- Caracterização da infra-estrutura existente

  Exemplo: água, esgoto, iluminação, energia elétrica, coleta de lixo
- Identificação de entidades existentes

  Exemplos: associações, igrejas, ONGs
- Caracterização da acessibilidade à área

  Exemplos: linhas de ônibus existentes, acessos à carros, bombeiros, caminhão de lixo
- Caracterização da condição fundiária da área

  Exemplos: proprietários, processos jurídicos
- Caracterização das áreas comerciais ou com potencial para geração de emprego e renda

2.4 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DA POPULAÇÃO

Exemplos: renda, idade, escolaridade, memória/histórias

2.5 DIRETRIZES PARA O PLANO DE URBANIZAÇÃO

- Definição do traçado viário

  Exemplo: criação de novas ruas, modificação de ruas existentes
- Definição de áreas a serem urbanizadas
- Definição de áreas a serem adensadas e urbanizadas
- Definição de áreas a serem preservadas
- Definição de áreas a terem ocupação removida e serem preservadas
- Identificação de áreas com investimentos direcionados

  Exemplo: construção do CEU
- Levantamento de equipamentos necessários para a região
- Levantamento de infra-estrutura necessária
- Definição de parâmetros de ocupação da área (a ser aprovada pela CAEHIS)

2.6 ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO

- Projeto de Ação Social

  Exemplo: geração de emprego e renda, capacitação, formação e informação
- Projeto de Urbanização

  Exemplos: infra-estrutura, pavimentação, localização dos espaços de lazer, localização de terrenos para novos equipamentos
- Projeto Habitacional
- Orçamento
- Plano de execução
- Definição de prioridades e emergências

3. ELABORAÇÃO DO DECRETO PARA A APROVA'VÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO

4. Avaliação dos alunos

Entregamos aos alunos um questionário para que eles avaliassem o curso com relação às aulas 1-10.

Todos os alunos avaliaram muito bem o curso, elogiando as aulas. Perguntamos quais aulas mais gostaram. Houve uma distribuição entre as aulas, mostrando que diferentes alunos se identificaram mais com algumas aulas que outras, sem uma preferência, o que é positivo. Apenas três apontaram aulas que não gostaram. Um por não ter entendido o conteúdo, um, sem apontar a aula específica, pelo tom de voz do professor, que dificultava o entendimento, e outro apontou que algumas aulas foram cansativas, mas o conteúdo era importante.

Quanto ao tempo do curso, a maior parte considerou adequado, apenas 04 afirmam que poderia ser mais extenso, e 03 que poderia ser mais curto.

A maior parte considerou o curso muito importante para sua formação e para o trabalho que realiza (apenas uma exceção) e acredita que devem trabalhar como agentes multiplicadores em sua comunidade para disseminar o conteúdo aprendido.

As questões do questionário e a tabulação das respostas constam a seguir.

4.1. Questionário

Curso de Capacitação e Desenvolvimento de Projetos
Avaliação das aulas: 1ª. parte

Nome: _____
Atividade Profissional: _____
Obs. Caso o espaço disponível para os comentários seja insuficiente, utilize o verso das folhas.

1. **a)** Os conteúdos foram expostos de forma clara? As aulas foram bem preparadas?
☐ Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos
b) O material de apoio apresentado pelos professores ajudou a compreender as aulas?
☐ Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos
c) As atividades realizadas foram importantes para o desenvolvimento das aulas?
☐ Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos
d) Comente:

_____
_____
_____
_____

2. **a)** O material da apostila foi importante para acompanhar as aulas?
☐ Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos
b) A apostila poderá te ajudar a divulgar o conteúdo do curso na sua comunidade ou no seu ambiente profissional? ☐ Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos
c) Comente:

_____
_____
_____
_____
_____
_____

3. Qual aula gostou mais? Porquê? (Cite uma ou duas aulas)

_____
_____
_____

4. Teve alguma aula que não gostou? Porquê?

_____
_____
_____

5. **a)** Achou o tempo das aulas suficiente para os conteúdos apresentados? ☐ Sim ☐ Não
b) O curso deveria ser mais ☐ extenso ☐ curto ☐ foi bom quanto ao tempo
c) Qual aula poderia ser mais desenvolvida? Houve relação entre as aulas?Sugere algum conteúdo para o curso? Comente:

_____

6. **a)** Conseguiu tirar suas dúvidas nas aulas? ☐ Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos
b) Considerou importante a participação nas atividades realizadas e nos momentos de debate? ☐ Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos
c) Houve alguma dúvida que não conseguiu esclarecer em aula, ou algum conteúdo que ficou confuso? ☐ Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos
d) Comente.

7. Considera o curso importante para o exercício de sua atividade profissional / para sua atuação na cidade?

8. Considera o curso importante para sua formação?

9. Comentários e Sugestões

5. Equipe técnica por aula

Aula	Data	Responsável	Apoio
01	23/03 terça	Profa. Dra. Maria Lúcia Refinetti Martins	Giselle Toshimitsu; André Lopes do Prado
02	25/03 quinta	Prof. Dr. João Sette Whitaker Ferreira; Daniela Motisuke	Giselle Toshimitsu; Fernanda Accioly; Renata Gonçalves; Daniel Nobre; Tatiana Nobre
03	30/03 terça	Paulo Emílio Buarque Ferreira	Giselle Toshimitsu
04	01/04 quinta	Paulo Emílio Buarque Ferreira; Ana Carolina Lopes	Profa. Dra. Maria Lúcia Refinetti Martins; Giselle Toshimitsu; Tatiana Nobre
05	06/04 terça	Profa. Dra. Maria Lúcia Refinetti Martins	Giselle Toshimitsu; André Lopes do Prado; Daniel Nobre
06	13/04 terça	Profa. Dra. Maria Lúcia Refinetti Martins	Giselle Toshimitsu; Camila Saraiva; Daniela Motisuke
07	15/04 quinta	Daniela Motisuke; Isadora Tsukumo	Giselle Toshimitsu; Camila Saraiva e Renata Gonçalves; Daniel Nobre
08	20/04 terça	Prof. Dr. Nuno Fonseca; Ana Carolina Lopes	Giselle Toshimitsu; Isadora Tsukumo; Lara Figueiredo
09	22/04 quinta	Ana Carolina Lopes; Paulo Emílio Buarque Ferreira	Giselle Toshimitsu; Renata Gonçalves; Daniel Nobre
10	27/04 terça	Profa. Dra. Maria Lúcia Refinetti Martins	Giselle Toshimitsu; Ana Carolina Lopes
11	29/04 quinta	Profa. Dra. Maria Lúcia Refinetti Martins	Ana Carolina Lopes, Daniela Motisuke, Tatiana Nobre, Daniel Nobre
12	04/05 terça	Profa. Dra. Maria Lúcia Refinetti Martins	Giselle Toshimitsu; Ana Carolina Lopes, Daniela Motisuke, Tatiana Nobre, Daniel Nobre
13	06/05 quinta	Giselle Toshimitsu	Daniela Motisuke, Tatiana Nobre, Daniel Nobre
14	11/05 terça	Profa. Dra. Maria Lúcia Refinetti Martins;	Giselle Toshimitsu; Ana Carolina Lopes, Daniela Motisuke, Tatiana Nobre
15	13/05 quinta	Profa. Dra. Maria Lúcia Refinetti Martins	Giselle Toshimitsu; Ana Carolina Lopes, Daniela Motisuke, Daniel Nobre

Profa. Dra. Maria Lúcia Refinetti Martins (coordenadora geral), Prof. Dr. João Sette Whitaker e Prof. Dr. Nuno Fonseca são professores doutores da FAU-USP e pesquisadores do LabHab-FAUUSP.

Giselle Toshimitsu (coordenadora executiva), Paulo Emílio Buarque Ferreira e Isadora Tsukumo são arquitetos e urbanistas mestrandos da FAU-USP e pesquisadores do LabHab-FAUUSP.

Ana Carolina Lopes, Daniela Motisuke são arquitetas e urbanistas, pesquisadoras do LabHab-FAUUSP.

André Lopes do Prado, Fernanda Accioly, Renata Gonçalves, Daniel Nobre, Tatiana Nobre, Camila Saraiva e Lara Figueiredo são estudantes dos últimos anos (4º. e 5º.) do curso de arquitetura e urbanismo da FAU-USP e pesquisadores do LabHab-FAUUSP.

6. Considerações finais

O desenvolvimento do curso, no geral, seguiu muito bem, dentro do previsto na proposta inicial. A proposta inicial já previa uma flexibilidade das aulas em função dos alunos e da forma como estes acompanhavam o conteúdo proposto.

Neste sentido, a principal alteração foi na inserção de um conteúdo básico, sobre curvas de nível, bacias hidrográficas e represas, para melhor entendimento da questão dos mananciais, na aula 05.

A proposta é também voltada para a sua replicabilidade em outros distritos do município. O objetivo é apresentar um roteiro de discussão de questões urbanas, visando a capacitação de agentes locais para desenvolvimento de projetos e para a participação qualificada em espaços de representação junto à gestão municipal, que poderia ser aplicado por outros professores, não necessariamente ligados ao LabHab (podendo inclusive ser funcionários da Sehab ou de Subprefeituras).

As aulas foram dadas por pesquisadores do LabHab-FAUUSP que não necessariamente tinham acompanhado de perto o desenvolvimento da apostila e material didático. O material foi apresentado a eles, e com base nele, propuseram suas aulas, dentro de temas de interesse, e propuseram algumas modificações no roteiro da aula. As principais modificações foram na aula 07. A aula foi menos expositiva e mais dinâmica, com grupos de trabalho. Esta alteração funcionou muito bem, e notamos que as aulas menos expositivas tiveram maior envolvimento dos alunos e as discussões fluíram melhor.

Como esta foi a primeira aplicação do curso, cada aula foi acompanhada de perto, para sua avaliação. As alterações propostas pelos professores foram pequenas, sem promover alterações no sentido geral das aulas, e o curso flui muito bem, com continuidade de conteúdos, e enriquecimento do debate dos alunos, em função de conhecimentos acumulados.

Avaliamos que as alterações que ocorreram, todas relatadas neste relatório, são válidas em função da turma e dos professores, seguindo a apostila inicial. Este relatório complementa a apostila como um exemplo de sua aplicação.

A composição da turma, bastante heterogênea, foi extremamente produtiva. Dentre os alunos contaram-se: 6 Conselheiros ou Delegados do Orçamento Participativo, 3 Agentes de Saúde, 2 Agentes de Saúde e Delagados do OP, 3 membros da Guarda Municipal, 8 Agentes Vistores, 1 estagiária de comunicação da Subprefeitura.

Os funcionários municipais, particularmente agentes vistores, de nível superior, têm claramente maior facilidade de acompanhar os conteúdos teóricos, mas um envolvimento menos ativo nos debates. Ainda que conheçam bem a região e seus problemas, mantêm um certo distanciamento, inclusive pala percepção da dificuldade de equacioná-los dentro da estrutura institucional vigente – particularmente pela percepção do quanto suas atribuições profissionais pouco respondem às necessidades locais. Já os Conselheiros do OP, moradores da região, demonstram muito interesse por praticamente todas as aulas. Levantam muitas questões, tanto dúvidas quanto comentários e reflexões sobre o tema de cada aula. Ficam mais presos a questões do seu bairro e têm maior dificuldade em compreender e discutir questões gerais da cidade, ou mesmo extrapolar de uma leitura pontual, do bairro, para a região. Agentes de Saúde e agentes da Guarda Municipal expressam boa percepção dos problemas locais, assumindo-os como “seus”, sem perder, no entanto uma visão um pouco mais geral.

Esse grupo com qualificações diversas e complementares conseguiu produzir propostas muito interessantes, criativas e muito vinculadas a seu universo de atuação. Alguma utopia, sem dúvida; fantasia, em hipótese alguma.

A restrita participação de representantes de Sehab, a ausência de coordenadores da Sub-Prefeitura e o afastamento tanto do Secretário de Sehab quanto da Sub Prefeita geraram sentimento de forte redução de expectativas quanto à viabilização dos projetos. Nesse contexto, foi inacreditável o envolvimento e empenho demonstrado pela classe mesmo frente a essas condições. A possibilidade de refletir sobre seu próprio trabalho, seu potencial, suas possibilidades, ainda que remotas representam um estímulo humano dos mais significativos. A possibilidade de compreender o olhar e a cultura "do outro" foi comentada por diversos participantes como uma experiência de alto valor.

O curso, inicialmente pensado como forma de construir a ação local da Sehab não pode afinal contribuir diretamente para isso, mas evidenciou o potencial desse tipo de dinâmica.

O resultado obtido é de capacitação "municipal". Mais do que qualificação e experiência de uns e outros participantes, esse tipo de curso pode criar "densidade administrativa" no nível local. Para os conselheiro do OP representou a aquisição do domínio de um conhecimento e experiência, que o entusiasmo levou a que se propusessem a replicar aprendizados do curso, a apresentar os projetos desenvolvidos nas respectivas comunidades, contando com colegas da equipe, mesmo de fora do bairro.

A duração do curso se mostrou adequada para o perfil da turma participante. No entanto, sua extensão bastante longa, dificulta sobremaneira a participação das chefias e coordenações. Uma participação desses agentes públicos, responsáveis pela decisão quanto à implementação dos projetos, ainda que diminuta – nas aulas iniciais, no início da etapa de projeto, num debate intermediário e no final do processo, pode representar uma forma eficiente de potencializar a capacidade de ação municipal.

Os projetos finais desenvolvidos superaram nossa expectativa, na medida em que avançam bastante nas propostas, com diagnósticos bem desenvolvidos, propostas concretas e coerentes com a realidade local, que chegam aos encaminhamentos necessários para sua operacionalização.

O tipo de projeto foi diverso entre os grupos em função das especificidades do tema trabalhado, do perfil dos integrantes dos grupos (maior número de moradores ou maior número de funcionários) e do caráter das propostas (propostas mais voltadas para a prática do poder público, para a implementação de projetos urbanos ou formulação de programas públicos). Mesmo assim, todos atingiram seus objetivos, conseguindo finalizar no tempo proposto.

A prática demonstrou que, se o material preparado é suficiente para o desenvolvimento do curso, a escolha cuidadosa de monitores é essencial. O papel da coordenação é decisivo para a manutenção da seqüência e para o apoio à escolha de projetos. No desenvolvimento dos projetos a ação dos monitores é fundamental. Evitar que os debates se dispersem, suprir informação e dados no momento preciso, providenciar material de apoio complementar, apoio na redação e apresentação das propostas são tarefas rigorosamente fundamentais, que exigem monitores bem preparados e afinados com a proposta.

Os três projetos desenvolvidos contemplam tipos diversos e complementares de políticas públicas:

O Plano de Urbanização de ZEIS procedeu a um “ensaio” na prática do que pode ser a elaboração desses planos. Foi importante tanto pela capacitação de lideranças locais, quanto para aferir metodologia, dificuldades, prazos necessários, requisitos para a criação dos Conselhos de Zeis, necessidade de apoio para o desenvolvimento dessa nova forma de regulamentação e ação urbanística que é a ZEIS. Chegou mesmo a dar “pistas” do que pode ser a interação de Sehab com Sub Prefeitura no sentido de amplificar a capacidade de resposta na elaboração de Planos de Urbanização das mais de três centenas de Zeis definidas não Município pelo Plano Diretor Estratégico.

Os projetos relativos ao Meio Ambiente deram uma dimensão da irrealidade da regulação praticada na região, e da necessidade de pensar regulação e controle de forma integrada e calcada nas especificidades de cada região. É uma atribuição típica para uma instância local de governo, cuja formulação tem que ser local e não centralizada, ainda que o quadro geral dos procedimentos e diretrizes tenha necessariamente de ser minimamente uniforme para o conjunto da cidade.

O projeto de Cultura evidenciou a necessidade de articulação territorial e setorial – o conhecimento e vivência locais com procedimentos, alternativas e formulações mais amplas que só a reflexão e a prática setorial é capaz de aprofundar.